

A ANISTIA AMPLA SERÁ CONQUISTADA!

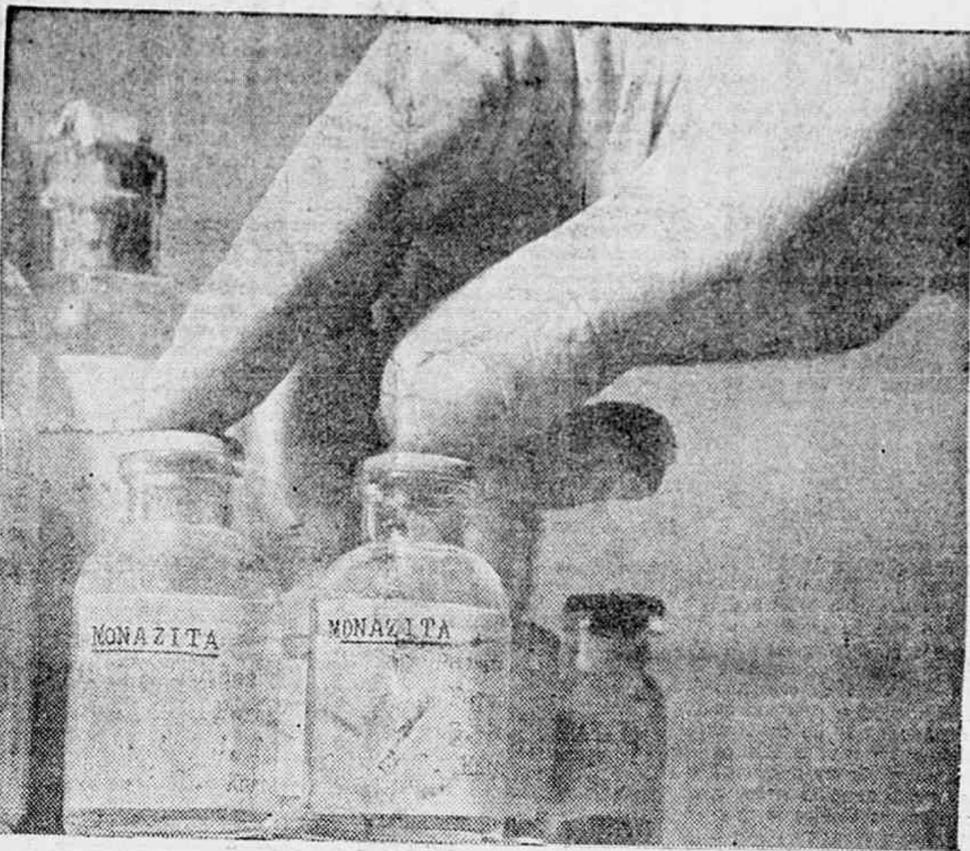
VOZ OPERÁRIA

Nº 366 ★ Rio de Janeiro ★ 19 de Maio de 1956



O povo baiano reclama (foto ao alto) do presidente da República, em sua visita à Bahia, a anistia ampla (Na 12ª pág. noticiário da luta pela anistia ampla.)

A monazita (foto à esquerda), material precioso, de que perdemos, a partir de 1952, metade de nossas reservas (na página central reportagem sobre a pilha-gem lanque aos nossos minérios e outros aspectos da questão atômica.)



DEVE A CÂMARA CUMPRIR A VONTADE DO POVO!

A BATALHA da anistia aproxima-se da decisão, na Câmara dos Deputados. É necessário empenhar, agora, todos os esforços, para que esta decisão seja favorável ao povo e à democracia.

OS fatos demonstram que as forças democráticas podem ser, mais uma vez, vitoriosas. Nosso povo tem vencido, nos últimos meses, todas as tentativas da minoria reacionária para impor a ditadura ao país, tem feito avançar a democracia. Conta, hoje, com todas as condições para alcançar novos êxitos, pondo fim às injustas e ilegais discriminações políticas e ideológicas e abrindo caminho à unidade de todos os que desejam a garantia das liberdades, a convivência pacífica com os demais povos, a preservação da soberania nacional e a solução dos problemas que afligem as massas. A conquista da anistia ampla, a partir de 1945, será o poderoso elo para impulsionar o avanço da democracia e a unidade das forças vivas da nação.

DEPOIS da aprovação da urgência ao projeto Sérgio Magalhães, os inimigos do povo lançaram-se à ofensiva contra a anistia ampla, exercendo violenta pressão no sentido da rejeição do projeto. Foi diante dessa pressão que a alta direção do PSD — sentindo-se sem força para afrontar a vontade expressa da nação com a simples rejeição da anistia ampla — procurou a escapatória do substitutivo Sales Filho, aprovado na Comissão de Justiça da Câmara por um precário voto de Minerva. As forças democráticas, porém, não recuaram e souberam desmascarar o substitutivo como uma farsa, que a ninguém beneficiaria e que tão somente visava a iludir a opinião pública. Foi graças a esta atitude firme, atitude de quem não se deixa vencer pelos obstáculos naturais das lutas políticas, que o

substitutivo encontrou um fim melancólico antes mesmo de ser votado na Comissão de Segurança Nacional. Isso, por si só, é um importante êxito da batalha pela anistia ampla.

A esmagadora maioria da nação já se pronunciou, insofismavelmente, pela anistia ampla a partir de 1945. Esse é o pronunciamento, inclusive, dos partidos políticos, entre os quais o PSD, cujos representantes nas Câmaras Municipais, prefeituras e assembleias legislativas estaduais manifestaram-se pela ampliação do projeto Vieira de Melo. As massas filiadas a esses partidos, bem como seus diretórios e representantes nos municípios e Estados, desejam que sua vontade seja respeitada por seus delegados na Câmara Federal e no Senado. Cabe-nos estender-lhes a mão e lutar ao seu lado, em cada município e Estado, pela vitória da grande reivindicação democrática do momento. Saibamos desmascarar os falsos argumentos do inimigo e impulsionar o movimento unitário das massas, unindo a todos, sem exceção — comunistas, trabalhistas, pessedistas, udenistas, pessepistas, democratas-cristãos, todos — para exigir do Parlamento a anistia ampla!

NENHUMA vitória democrática se conquista sem vencer a resistência da reação. Toda luta política oferece obstáculos, muitas vezes consideráveis. Se sabemos compreender o desenvolvimento da situação nacional, se compreendemos que as forças democráticas estão em ascenso no país, se confiamos nas massas, sabemos uni-las e levá-las à luta — a vitória é certa, a anistia ampla será conquistada. Saibamos cumprir nosso dever de comunistas, conduzindo o povo brasileiro à conquista da anistia ampla!

NESTE
NÚMERO

NOVA REDUÇÃO
(1.200.000 HOMENS)
DAS FORÇAS ARMA-
DAS DA U.R.S.S.
(Pag. 2)

O Significado
da Visita
de Guy Mollet
a Moscou
(Pag. 2)

Vigorosas Manifesta-
ções do Povo Carioca
Contra a Carestia
(Pag. 3)

DEVEM
OS CAMPONESES
DA A. SOBOCABANA
PARTICIPAR
DAS ASSOCIAÇÕES
RURAIS?
(Pag. 4)

É POSSIVEL
CONQUISTAR,
JÁ, O
REATAMENTO
COM A U.R.S.S.
(Pag. 5)

IMPORTANTES
GREVES DOS
FERROVIARIOS
GAUCHOS E DOS
TRABALHADORES
DA CMTC DE S. PAULO
(Pag. 9)

Como Vivem os
Trabalhadores
na U.R.S.S.?
— Metalúrgicos
(Pag. 11)

Da tribuna da praça Tien An Men as lideres do governo da China Popular assistem ao desfile comemorativo do 1.º de Maio. Aparecem, da esquerda para a direita Teng Hsiao-ping, Peng Teh-huai, Chou En-lai, Chu Teh, Peng Chen, Mao Tse-tung, Liu Shao-chi, Li Chisen. (Foto distribuída pela INTER PRESS)



Importante Medida Pacífica da U.R.S.S.: Nova Redução dos Efetivos do Exército Soviético

Até 1.º de maio de 1957 terão sido desmobilizados mais 1.200.000 homens das forças armadas soviéticas, inclusive 30.000 que se achavam até agora aquartelados no território da República Democrática Alemã. Em decorrência dessa resolução do Governo soviético, vão ser dissolvidas 63 divisões e brigadas (inclusive 3 de aeronáutica) e posto nos estaleiros 375 navios de guerra. Parte das escolas militares do exército soviético será fechada e o orçamento sofrerá os correspondentes cortes de verbas militares, permitindo encaminhar para realizações pacíficas grossas cifras consumidas até agora com fins militares.

Não é preciso encarecer a importância histórica dessa decisão unilateral da União Soviética, que se segue a outra maciça redução de efetivos, realizada em 1955, no montante de 640.000 homens, logo após a assinatura do Tratado de Estado com a Áustria.

DUAS POSIÇÕES

Em sua propaganda, os círculos ocidentais vêm insistindo, desde o início da guerra fria, na necessidade de a U.R.S.S. apresentar fatos pacíficos, escamoteando a verdade sobre as diversas posições de paz defendidas pela U.R.S.S. desde o fim da segunda guerra mundial. Todo o mundo pôde, entretanto, verificar que, ao passo que a U.R.S.S. realizava grande desmobilização após o fim do conflito, os ocidentais conservavam enormes efetivos em armas, inclusive bandos terroristas como o de Anders, sem esquecerem de cumprir fielmente a recomendação de Churchill ao comando britânico, no sentido de manter prontas para o combate as derrotadas tropas alemãs que — dizia o chefe do governo britânico — seriam de grande utilidade na luta contra os soviéticos. A luta da U.R.S.S. pela interdição incondicional das armas atômicas era «explicada» como simples temor a engenhos de destruição dos quais os Estados Unidos se arrogavam o monopólio. O cumprimento dos acordos relativos à Alemanha, como manobras para dominar o país. E, assim, cada iniciativa soviética chocou-se, a cada passo, com a obstrução dos países «atlânticos» dirigidos pelos Estados Unidos da América.

De uns tempos para cá, a atuação soviética pela paz, ainda mais ampla e intensa do que antes, atingiu tal envergadura que os próprios círculos ocidentais a denominam «ofensiva de paz». A U.R.S.S. reduziu suas forças armadas de 640.000 homens; teve a iniciativa do Tratado de Estado com a Áustria; liquidou suas bases estrangeiras em Porkkala Udd (Finlândia) e Porto Artur (China); normalizou suas relações com a Iugoslávia; estabeleceu relações diplomáticas com a República Federal Alemã; estreitou seus laços com a Índia, Birmânia, Afeganistão, Indonésia e outros Estados pacíficos; impediu que o desequilíbrio militar no Oriente Médio e Próximo degenerasse em novo conflito, ainda latente; foi peça decisiva na consecução dos armistícios da Coreia e da Indochina; aceitou a redução dos níveis militares nos termos propostos pelas potências ocidentais que, em vista disso, alteraram suas próprias sugestões, etc. A essa lista incompleta que se vem somar, agora, grande redução dos efetivos cujo significado já pretendem alterar os pregadores do desentendimento e da guerra.

SOFISMAS DA PROPAGANDA AMERICANA

Entre outros argumentos postos a circular pela propaganda norte-americana sobre a nova redução dos efetivos soviéticos, destacam-se os seguintes (em grifo) aos quais aduzimos alguns comentários:

1) **A redução dos efetivos não enfraquece o poder militar da U.R.S.S. e de seus aliados pois, de um lado, é compensada com o aprimoramento das armas atômicas e, de outro lado, não atinge as democracias populares.**

Trata-se, porém, de evidente sofisma. É claro que a redução não enfraquece o poderio militar defensivo da U.R.S.S., isto é, sua capacidade de responder rapidamente a qualquer tentativa de agressão. É evidente que o Governo da U.R.S.S. não iria diminuir as forças armadas de seu país, a ponto de atingir-lhe a segurança. Mas é também evidente que, antes, a U.R.S.S. contava com suas aperfeiçoadas armas atômicas e com os efetivos que agora se reduzem tão radicalmente. Isto mostra que a política do Governo soviético é a de manter aenas o essencial à segurança internacional do Estado, não incentivando a corrida armamen-

tista. Al está o grande significado pacífico da medida.

Quanto à questão das democracias populares é sabido que durante o ano passado também diminuiram suas forças armadas, no que não foram acompanhadas pelas potências do ocidente. Excetua-se a China, agredida em Formosa, que, no entanto, já declarou apoiar as propostas soviéticas de redução geral de armamento e efetivos.

2) **O Governo soviético não tomou qualquer medida atinente à redução das armas atômicas e de hidrogênio, limitando-se aos efetivos clássicos.**

Um simples repasse na história recente das negociações demonstrará que o argumento-chave da propaganda norte-americana contra a interdição dos engenhos de destruição em massa era o de que a U.R.S.S. tinha grande superioridade nos armamentos convencionais e que, portanto, se não o reduzisse, ganharia vantagens com o banimento das armas nucleares. O que os soviéticos estão fazendo é partir esse biombo da propaganda ocidentalista que se vê privada, assim, de mais um pretexto para recusar a interdição das armas atômicas.

3) **A medida decorreria de necessidades internas de mão de obra para o Plano Quinquenal.**

Em casa de enforcado, não se fala em corda, diz o ditado. Esse «argumento», antes de mais nada, põe a nu a diferença entre os países capitalistas — onde há o desem-

prego crônico — e o regime socialista onde, graças à construção intensa para atender às necessidades sociais, há sempre emprêgo para todos e possibilidades de aplicar toda mão de obra. Os soldados desmobilizados serão empregados na indústria e na agricultura para o trabalho pacífico. Nem mesmo a União Soviética poderia, ao mesmo tempo, militarizar sua economia e realizar o grande programa de construções que se propõe. E, precisamente, por isso, não insufla a corrida aos armamentos, favorece o desarmamento, sem descurar da defesa, e aproveita, como agora, todas as oportunidades para reconduzir à produção os homens que se tornaram dispensáveis à segurança militar imediata.

4) **O Exército soviético permanece maior que o dos Estados Unidos.**

A U.R.S.S. tem maior população e fronteiras mais extensas que a dos Estados Unidos, além de que está cercada por bases militares lanques, e o critério proporcional dar-lhe-ia maiores efetivos. Além disso, suas tropas estão em seu território, são de defesa, enquanto que o Exército americano dispõe de grossos efetivos no exterior caracterizando-se, por isso, como força de ataque. De outro lado, nos armamentos e efetivos clássicos, incluem-se as forças navais nas quais não é segredo a superioridade ofensiva norte-americana, com grandes unidades couraçadas e porta-aviões. Finalmente, as propostas soviéticas igualam os efetivos dos EE. UU. e U.R.S.S.

DESTINA-SE A AMPLA REPERCUSSÃO

Não há dúvida alguma de que a resolução soviética terá a mais ampla repercussão e atuará como o fator de distensão internacional, a longo termo, apesar das tentativas norte-americanas de apocá-la. Sua influência se exercerá não só nas amplas massas de todos os países, mas também nos aliados dos Estados Unidos, cada vez menos propensos a seguir-lhe as diretivas e assoberbados por altas despesas militares.



A Reaproximação Franco - Soviética

As atividades diplomáticas que há alguns anos se mostravam comedidas e quase limitadas a contactos entre países do mesmo campo, caracterizam-se, de uns tempos para cá, pelo desdobramento febril de encontros e conferências. Agora, os estadistas que se reúnem não pertencem frequentemente ao mesmo grupo de Estados mas, antes, representam potências em divergência, que buscam margem para o entendimento e a manutenção da paz.

É nesse quadro que se inclui o atual debate entre os representantes da União Soviética e da França, em Moscou. Há uma rica tradição de amizade entre os dois países, aliados em duas guerras mundiais, e com múltiplos entrelaçamentos de cultura. A história recente demonstrou, de forma cabal, que a segurança das fronteiras francesas depende de um entendimento com a U.R.S.S., sobre os meios de impedir o renascimento do inimigo mortal da paz europeia: o imperialismo alemão e seu instrumento, o prussianismo militarista. Entretanto, após o fim da segunda grande guerra, governos subservientes, instalados em Paris, violentaram a vontade do povo e puseram em prática violenta política anti-soviética, que teve como fruto mais expressivo a adesão da França ao Pacto do Atlântico aos Acordos de Bonn e de Paris que restauram o exército revanchista alemão. O antigo tratado de amizade e colaboração entre a U.R.S.S. e a França foi, em decorrência, rasgado pelo Quai d'Orsay.

É pois num ambiente de fundas divergências que se encontram os principais dirigentes dos dois Estados, e seria ingênuo esperar deles qualquer acordo sensacional, embora muito caminho possa e deva ser aplainado.

Os principais temas das discussões — que chegarão a ocupar 15 horas por dia — são o desarmamento, o da segurança europeia e o da unificação alemã. Em segundo plano, colocam-se as questões de comércio e de intercâmbio cultural onde as dificuldades a vencer são de menor monta.

As três questões básicas são interdependentes e um dos seus pontos cruciais será o do estabelecimento do grau de prioridade. A França oficial e, pessoalmente, Guy Mollet, têm defendido a unificação da Alemanha como decisiva e reclamam um acordo sobre a unidade da Alemanha, como medida preliminar ao desarmamento e, mesmo, à segurança europeia. Trata-se, comprovadamente, de uma posição desajustada à realidade. Imaginar que a República Democrática Alemã e a U.R.S.S. concordem com qualquer unificação que signifique necessariamente o reforço do dispositivo agressivo do Pacto do Atlântico, seria o mesmo que supor viável

a anuência de Bonn e de Washington a uma unificação que levasse à incorporação da Alemanha Federal ao Tratado de Varsóvia. O desenvolvimento da linha adotada pela França — sob inspiração norte-americana — conduzirá a um impasse e, em prazo mais ou menos curto, a uma alteração radical de sua posição na Europa, devido ao rearmamento alemão, já em processo, que a deslocará da linha de grande potência.

O problema da Alemanha está na dependência de seus dois governos e, dos países vencedores da grande guerra. Entre aqueles governos e tais potências há, na atualidade, divergências sérias que têm como uma das causas a corrida aos armamentos e a diversidade de pontos de vista sobre os termos da segurança europeia. Dessa maneira, hoje em dia, a unificação alemã só poderá ser encaminhada proveitosamente em termos de desarmamento e de segurança europeia. Essa justa tese, que a U.R.S.S. adotou, terá, mais cedo ou mais tarde, de ser levada na devida conta pelas chancelarias do continente, sobretudo a francesa e a inglesa. E a viagem de Mollet pode contribuir para um futuro entendimento que possivelmente passará por uma fórmula intermediária, qual seja a de um acordo entre as organizações de Varsóvia e de Paris e a limitação parcial dos armamentos.

A esse respeito há pontos de contacto não desprezíveis que encontram agora maior margem devido às últimas iniciativas soviéticas em favor da paz e à política menos agressiva que está sendo posta em prática pela França, que também se aproxima da U.R.S.S. no relativo a certos aspectos da crise do Oriente Próximo e Médio.

A Conferência de Moscou contribuirá de maneira importante para o alívio da tensão e reforçará o método de negociações. Embora ela não pronuncie grandes lances, esses virão necessariamente, depois, à medida que os múltiplos contactos ora em curso facilitarem o encontro de soluções mutuamente aceitáveis, cada vez mais acessíveis devido ao crescimento mundial das forças interessadas na manutenção da paz e, no caso francês, pelos sinais de gradativo afastamento dos governantes de Paris da órbita americana, em grande parte devido à alteração da correlação de forças no plano interior.

Os êxitos das conferências franco-soviéticas deverão ser medidos menos por seus resultados imediatos do que pelas consequências que vierem a demonstrar, nos grandes debates internacionais.

VIGOROSAS MANIFESTAÇÕES DO POVO CARIOCA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DA VIDA

A CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS

POR meio de duas vigorosas manifestações de protesto no espaço de sete dias, o povo carioca e os estudantes manifestaram sua repulsa à desorganização dos serviços públicos e ao aumento dos preços dos transportes.

A primeira delas, quando numa explosão de incontida revolta, populares depredaram na noite de 11, várias estações da Leopoldina em virtude do acentuado atraso em que se encontravam os trens suburbanos dessa empresa. A segunda, quando os estudantes paralisaram o tráfego de bondes, na rua do Catete, protestando contra o assalto da Light, que dobrou o preço das passagens, utilizando-se de poderes ilegais conferidos pela Câmara do Distrito Federal ao Prefeito Negrão de Lima, que desmerece ao povo para bene-

PARALISAÇÕES PARCIAIS DO TRÁFEGO DE BONDES ATÉ CHEGAR A UMA PARALISAÇÃO TOTAL QUE FORÇA A REVOGAÇÃO DO AUMENTO DAS PASSAGENS — PROSSEGUIRA A CAMPANHA ESTUDANTIL CONTRA OS ASSALTOS FEITOS PELA LIGHT

ficiar aquela companhia estrangeira.

OS ACONTECIMENTOS DA LEOPOLDINA

No mesmo dia em que foram noticiados os acontecimentos em várias estações da Leopoldina, a polícia política lançou uma nota provocadora atribuindo aos comunistas a autoria de violências e ameaçando o povo de repressão. Em contradição, entretanto, com as provocações policiais, no dia seguinte, pela manhã, o Presidente da República em pessoa compareceu à Leopoldina, entrando em contacto com o povo, numa demonstração de compreensão para aquele movimento de revolta, e prometendo providências imediatas para que não se repetisse o tremendo atraso de trens que se verificara no dia anterior e determinara, numa explosão de indignação popular, as manifestações já conhecidas. Os acontecimentos da Leopoldina serviram para comprovar que a paciência do povo se esgota em face das dificuldades de vida que crescem a cada dia.

SOLIDARIEDADE POPULAR

Assim como fora programado, os estudantes cariocas, tendo à frente o acadêmico Carlos Veloso, presidente da União Nacional dos Estudantes, realizaram interessante movimento de protesto contra a pilhagem ao bolso do povo realizado pela Light. Constatou o protesto da organização de uma barreira humana, na rua do Catete, a qual impediu durante 40 minutos o tráfego de veículos naquela artéria.

A manifestação de protesto contra o extorsivo aumento do preço das passagens dos bondes no Rio, que passou de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 2,00, contou com o apoio dos passageiros que abandonavam os veículos para vir juntar-se aos estudantes.

Falando à milhares de pessoas que se comprimiram na rua do Catete, o Presidente da União Nacional dos Estudantes declarou que o movimento visava aos trustes internacionais que exploram nosso povo.

PROSSEGUIRA A CAMPANHA

Encerrada a vigorosa manifestação popular em que a polícia política não conseguiu fazer as provocações que programara, devido à firmeza e ao espírito de unidade dos estudantes e do povo, reuniram-se os estudantes na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde os representantes dos vá-

rios centros acadêmicos discutiram o prosseguimento da campanha. Resolveram os estudantes realizar outras paralisações parciais e realizar uma campanha de esclarecimento em que serão lan-

çados memoriais, pedindo a mais ampla participação popular na luta contra a carestia.

O lema da campanha estudantil agora desencadeada é revogação da portaria que aumentou as tarifas dos bondes e encampação da Light. Cogitam os estudantes de ir até a paralisação de todos os veículos da Light na capital da República. A campanha estudantil vem contando com o apoio dos trabalhadores e do povo, principais vítimas dos escorchantes aumentos do custo da vida.

ALGUNS ASPECTOS DO DISCURSO PRESIDENCIAL

O último discurso do presidente da República, no qual apresentou o balanço dos três meses e meio de seu governo, AS DIRETIVAS PARA O 6º PLANO QUINQUENAL DA URSS

A partir de uma de nossas próximas edições, publicaremos, por partes, as diretivas aprovadas no XX Congresso do P. C. U. S. para o VI Plano Quinquenal da União Soviética. Trata-se de um documento que permite avaliar com justeza os imensos progressos a serem alcançados pela Pátria do Socialismo entre 1956 e 1960. Nêle estão fixadas as tarefas dos cidadãos soviéticos na indústria, na agricultura e nos transportes, no âmbito de toda a União Soviética, bem como as linhas mestras do desenvolvimento das diversas Repúblicas. Ao divulgá-las, VOZ OPERÁRIA dará nova contribuição à difusão em nosso país dos importantes documentos do XX Congresso.

MANIFESTAM-SE OS JORNALISTAS PELA ANISTIA A PARTIR DE 1945

Cerca de 200 profissionais da imprensa que empregam sua atividade nos diferentes jornais do Distrito Federal lançaram um manifesto em que se regosijam pela anistia concedida aos jornalistas processados pela chamada Lei de Segurança e se pronunciam pela concessão da anistia a partir de 1945. E' o seguinte o texto do manifesto:

"Nós, abaixo-assinados, jornalistas profissionais, manifestamos nosso júbilo pela concessão da anistia aos jornalistas processados e condenados pela Lei de Segurança, medida que beneficiou, entre outros, nosso confrade Pedro Motta Lima, membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa.

A concessão da anistia aos jornalistas, ponderável contribuição que é para o restabelecimento da plena liberdade de imprensa, concorrerá para o fortalecimento da Democracia em nosso país e para a pacificação da família brasileira, criando condições a que não se freie o direito de pensar e opinar sobre os problemas que afligem o Brasil.

Coerentes com os esforços que fizemos pela aprovação da anistia aos jornalistas, manifestamos nosso desejo de que seja concedida anistia a todos os presos e processados políticos, de 1945 a 1945, quaisquer que sejam suas idéias ou categorias sociais."

Assinam o manifesto o jornalista Luis Guimarães, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro; Fernando Segismundo, secretário-geral da Associação Brasileira de Imprensa; Má-

rio Cordeiro, vice-presidente do sindicato; Jocelyn Santos, secretário do sindicato; Maria da Graça Dutra, secretária da Federação Nacional dos Jornalistas; João Antônio Mesplé, João Etcheverry, Edmar Lorel, Cultivos Bonfim e Aristeu Achilles, membros do Conselho da ABI; Raul Ryff, vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Antônio Buono Junior, Carlos Costa Pinto, Octávio Malta, Gentil Noronha, José Irineu de Souza, presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, e grande numero de outros profissionais de imprensa.

No momento em que circula a presente edição deste semanário, estão sendo iniciados no Capitólio da República os trabalhos da Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras. O conclave foi precedido da realização de atos preparatórios em diversos recantos do país, dentre os quais se destacam as Conferências Estaduais de São Paulo e da Bahia e as de setores profissionais no Distrito Federal.

A realização de uma conferência de mulheres trabalhadoras em nosso país constitui um importante passo para unir e organizar esse numeroso contingente da população. O amplo debate em torno da elaboração de um programa que sintetize as suas mais legítimas aspirações abrirá o caminho para a organização dessa massa de milhões que representam as assalariadas agrícolas, as camponesas, as operárias, funcionárias, domésticas, etc.

A Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras elegerá a representação brasileira à Conferência Mundial (Budapeste, Hungria, 4 a 17 de junho) e aprovará as teses a serem apresentadas por essa delegação, em torno das seguintes temas: I) Direitos e reivindicações das trabalhadoras da cidade e do campo; II) Participação efetiva das trabalhadoras na vida e atividade de suas respectivas organizações.

denota, sob alguns aspectos, a intenção de manter os compromissos assumidos com o povo no curso da campanha eleitoral. Destacam-se, em primeiro lugar, as medidas indicadas no sentido do desenvolvimento da capacidade produtiva da Petrobrás. Informou o chefe do governo que o Brasil deverá produzir, no próximo ano, mais de 15 milhões de barris de petróleo, o que corresponde ao consumo nacional de 3 meses e significa uma economia de 50 milhões de dólares. Assegurou providências para a ampliação contínua da empresa nacional.

Referiu-se, ainda, o presidente da República, a outras providências de seu governo relativas à melhoria do abastecimento: a construção de uma rede de armazéns e silos no sul do país e à ampliação da rede ferroviária e rodoviária. Comprometeu-se a evitar as emissões como meio de enfrentar o déficit orçamentário e reafirmou que decretará, em breve, o aumento do salário-mínimo. Pediu, para todas estas medidas, o apoio do povo o que certamente não lhe será negado desde que correspondem aos legítimos interesses da nação.

Falsa política e omissão injustificável

Ao lado de tudo isso, porém, insistiu o sr. Juscelino Kubitschek em medidas contrárias aos interesses populares, como as que chamou «reajustamento» das tarifas das autarquias. Esta política, de que já temos exemplos tão profundamente lesivos como a escorchante elevação das tarifas postais-telegráficas, e o aumento das contribuições aos Institutos de Previdência não pode merecer o apoio do povo, nem pode constituir caminho para a solução de coisa alguma. Ao contrário, agrava as dificuldades das massas, são e devem ser por estas enérgicamente combatidas. Tais medidas, assim como os aumentos nos preços dos gêneros e artigos de amplo consumo, dos transportes, etc., que se estão repetindo quase diariamente, não podem conciliar-se com a política de melhoria das condições de vida do povo, mais uma vez prometida pelo presidente da República. O povo não recusará apoio ao governo desde que este se disponha, na prática, a deter a carestia, aumentar o salário-mínimo, impedir a atual corrida dos preços.

Outra questão intimamente ligada ao desenvolvimento da economia nacional, à melhoria das condições de vida das massas e ao alívio das dificuldades financeiras com que se debate a nação é o estabelecimento de relações amistosas normais com todos os países do mundo, especialmente com os países socialistas. Essa questão, no entanto, está praticamente omissa no discurso do sr. Juscelino Kubitschek, embora seja, de há muito, uma exigência nacional.

PLATAFORMA DE UNIDADE DEMOCRÁTICA

"Para facilitar a unidade e a ação de todos os patriotas e democratas, o Partido Comunista propõe aos trabalhadores das cidades e do campo, aos agrupamentos, correntes e partidos políticos, às organizações operárias, camponesas, patrióticas e populares, de jovens e mulheres, a seguinte plataforma para a ação comum:

- 1 — Luta pelas liberdades democráticas e sindicais, em defesa da Constituição, contra qualquer golpe de Estado reacionário, suspensão do estado de sítio, pela abolição de todas as discriminações políticas e ideológicas, o que significa legalidade para o Partido Comunista, anistia para os condenados e processados por motivos políticos, revogação das leis de segurança e de imprensa.
- 2 — Luta pela paz, por uma política de defesa da soberania nacional e de entendimento e relações pacíficas com todos os povos.
- 3 — Luta intransigente em defesa do petróleo e demais riquezas nacionais, contra a pilhagem dos monopólios norte-americanos e em defesa da indústria nacional.
- 4 — Luta pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares contra a carestia da vida, pelo aumento dos salários dos operários, pela elevação dos vencimentos de funcionalismo, pelas reivindicações econômicas das massas camponesas, dos estudantes, das mulheres, dos artesãos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

A realização com êxito desta plataforma depende da mobilização, da combatividade e da força unida e organizada de todos os patriotas e democratas, da atividade e da organização dos trabalhadores das cidades e do campo, e, muito especialmente, da união da classe operária e de sua aliança, forjada na própria luta, com as massas camponesas."

(Do manifesto do C. C. do P. C. B., de janeiro de 1956)

FATOS da SEMANA

O GOVERNO enviou ao Congresso a proposta orçamentária para 1957, com uma receita estimada em 75.925 milhões e uma despesa de 99.806 milhões. O "déficit" previsto é superior a 23 bilhões de cruzeiros.

A Associação Brasileira de Imprensa aprovou um programa de comemorações do 25º aniversário da gestão do sr. Herbert Moses. As festividades serão realizadas entre os dias 1º e 6 de junho.

A PARTIR de domingo, dia 13, o carioca está pagando 2 cruzeiros por uma passagem de bonde (aumento de 100%). Com isto a Light aumentou a sua receita mensal em mais 45 milhões de cruzeiros. A medida vem encontrando a mais enérgica repulsa da população.

INSTALA-SE no próximo dia 22, no Auditório da Câmara Municipal do Distrito Federal, a Assembleia Geral da Liga da Emancipação Nacional.

Prevê-se que serão debatidas como questões centrais os assuntos ligados à exportação de minérios atômicos e à Petrobrás.

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Telefônica (Distrito Federal) comunicou ao povo, através da imprensa, a disposição de seus associados de paralisar os trabalhos caso não seja efetuado o pagamento do aumento de salários até o dia de hoje.

CHEGARÁ ao Brasil, ainda este mês, uma delegação da União Internacional dos Estudantes (UIE), encabeçada pelo seu presidente, sr. Jiri Pelikan. A delegação estudantil vem inaugurar a Clínica Odontológica oferecida pela UIE à União dos Estudantes da Bahia.

A Participação dos Camponeses Nas Associações Rurais da Alta Sorocabana

DISCORDANDO dos pontos de vista expressos pela VOZ OPERÁRIA, em matéria publicada na edição n.º 364, na qual nos manifestamos pela participação dos camponeses pobres e médios nas Associações Rurais da Alta Sorocabana, recebemos duas cartas. Uma de João B. Moreira e outra de Radoico Guimarães, ambos de S. Paulo.

Queremos saudar o desejo nelas expresso de debater tal questão. Em nosso país contamos com poucas experiências de um movimento camponês realmente de massas. Não pode haver, portanto, soluções prévias para todas as formas de luta e de organização capazes de elevar o nível de consciência do campesinato, de conduzi-lo à aliança estreita com o proletariado. Só o estudo consciencioso e sério de todas as experiências, seu aprofundamento e generalização, aliado ao conhecimento da realidade concreta, pode nos conduzir à elaboração de uma tática capaz de contribuir efetivamente para impulsionar esse movimento. O estudo e a assimilação da experiência de outros países — sabe-se — têm enorme significação. Mas isto está longe de substituir a análise e a generalização de nossas próprias experiências. A discussão do problema da participação dos camponeses pobres e médios nas Associações Rurais da Alta Sorocabana tem, pois, o mérito de contribuir para que a vanguarda, com a participação da massa de ativistas, generalize as experiências do movimento camponês e contribua para torná-lo verdadeiramente de massas, para a sua efetiva organização, em aliança com o proletariado e sob a hegemonia deste.

OS ARGUMENTOS CONTRA A OPINIÃO DA VOZ

As cartas mencionadas somam 8 laudas datilografadas (uma página do nosso jornal) o que nos obriga a resumilas. Os argumentos de João B. Moreira são: 1) Quanto à nossa afirmativa de que os camponeses pobres e médios constituem a maioria na Alta Sorocabana, escreve: «Isto é uma verdade, válida não só para aquela região, mas para todo o Estado de S. Paulo, o Brasil e todos os países capitalistas, coloniais e semi-coloniais.» Para comprová-lo, cita Lênin (Teses sobre a Questão Agrária) e afirma que os 3 grupos por Lênin indicados como sendo a maioria em todos os países capitalistas (proletariado agrícola, semi-proletários e pequenos camponeses) «constituem a massa de camponeses pobres». 2) Adiante afirma que os latifundiários e grandes produtores agrícolas não apenas participam, «mas dirigem e dominam» as Associações Rurais da Alta Sorocabana. Considera que, diante disto, ao defendermos a participação dos camponeses pobres e médios nestas entidades, poderíamos ser arrastados para o campo dos oportunistas e dos conciliadores. 3) Acha que a VOZ faz uma análise unilateral e confunde reivindicações de um setor da produção (as levantadas no Congresso de Defesa do Algodão) com as reivindicações específicas de determinadas camadas. E acrescenta que nos casos em que os interesses das camadas mais baixas do campo entrem em conflito aberto com os dos latifundiários, estes interesses não poderão ser defendidos no âmbito de uma mesma organização. Cita em seu favor um trecho do informe de Carroué, na Conferência Mundial dos Sindicatos Agrícolas e Florestais (agosto, 1953) em que este defende «a necessidade, para as organizações de camponeses pobres, de salvaguardar seu caráter de classe». 4) Finalmente, acha que confundimos os fatores temporários de organização com os permanentes e que, ao lado das reivindicações comuns, é necessário lutar pelas reivindicações específicas de cada camada. Apontando um exemplo em apoio de seu ponto de vista, diz, ainda, que os operários não procuram, a pretexto da unidade, ingressar nas organizações dos industriais e que a conclusão é: «lutar juntos, mas organizar separado».

Os argumentos de Radoico Guimarães são: 1) «VOZ OPERÁRIA confunde organização temporária em torno de reivindicações unitárias com organização de caráter permanente em torno de reivindicações de classe.» E mais adiante: «Os camponeses pobres e médios, organizados em suas organizações de caráter permanente, as Associações de Lavradores, podem e devem, para ter êxito, participar de todo e qualquer movimento de frente única como é o caso da conquista de melhor preço para o algodão... Ao mesmo tempo, em suas organizações de classe, independentes, lutam por reivindicações de classe...» 2) Acha que a VOZ dá «uma séria guinada para a direita» porque: «1.º) Dá uma orientação geral, uma receita para todos os casos da Alta Sorocabana e que, publicada num órgão nacional, serve ao mesmo tempo para todo o país; 2.º) Coloca os camponeses pobres e médios a reboque dos latifundiários». E' de opinião que teria sido mais justo examinar casos específicos, como os de Santo Anastácio e de Araçoiaba da Serra, onde participam da diretoria das Associações Rurais respectivamente camponeses ricos e médios, para apontar que, «em casos assim, sob a condição de um exame aprofundado, os camponeses pobres e médios deveriam ingressar nessas organizações e, em sua maioria, passar a dirigi-las em função de seus interesses específicos e gerais». De todos os modos considera necessário insistir em «que os camponeses pobres e médios se organizem independentemente das Associações Rurais, tanto na Alta Sorocabana, como em todo o país».

O PRINCIPAL EQUÍVOCO DOS QUE ESTÃO CONTRA A NOSSA OPINIÃO

O principal erro em que, a nosso ver, incidem João B. Moreira e Radoico Guimarães, ao argumentar contra o ingresso dos camponeses pobres e médios nas Associações Rurais da Alta Sorocabana, consiste em que partem do pressuposto de que no Brasil já existe um movimento camponês de massas e que para atuar neste contamos, a vanguarda, com normas de organização plenamente comprovadas pela experiência. Nossos objetivos no campo são claros: trata-se de atrair a maioria para a aliança com o

proletariado; nosso único inimigo são os latifundiários. Quanto aos caminhos que conduzem a tais objetivos não há por que atuar na base de esquemas rígidos. Tal foi o que destacou o IV Congresso do Partido.

A experiência dos últimos anos indica que é perfeitamente possível alcançar a organização independente do proletariado rural, em Sindicatos de Assalariados Agrícolas. Mas será que a experiência do trabalho concreto já nos forneceu a forma de organização através da qual possamos alcançar a organização independente dos camponeses pobres e médios? Mais precisamente: a organização independente dessas camadas deve sempre e em toda parte começar pela criação de entidades novas em folha?

A ULTAB, por exemplo, propõe-se a unificar todo o campesinato (desde camponeses pobres a camponeses ricos) e inclusive os assalariados agrícolas. Parte-se aqui do pressuposto de que a organização independente dos camponeses pobres e médios só poderá ser alcançada num processo. Por que então excluir a possibilidade de tomar como ponto de partida, em determinadas localidades, as Associações Rurais, mesmo quando estas são organizações de massas e situam-se onde os camponeses pobres e médios são a maioria?

As Associações Rurais da Alta Sorocabana já lutam concretamente por um preço mínimo compensador para o algodão, que é uma reivindicação sentida de todos os cotonicultores e portanto dos camponeses pobres e médios. A FARESP apresentou uma proposta de arrendamento segundo a qual os camponeses que atualmente pagam até 40 arrobas por alqueire passariam a pagar 10. Por que devem os camponeses pobres e médios desprezar essas organizações? Apenas porque nelas participam ou dominam latifundiários? O argumento é inconsistente. Pode-se dizer que a posição da FARESP, no caso do preço mínimo do algodão, corresponde aos interesses dos camponeses (dos pobres aos ricos) mas também aos dos latifundiários. Isso é exato. Mas, pergunta-se: a tabela de arrendamento, aprovada pela FARESP, corresponde aos interesses dos latifundiários ou do campesinato? E' evidente que ela interessa ao campesinato e contraria os interesses dos grandes proprietários rurais que arrendam a terra. Pode-se, então, concluir, que a FARESP é uma entidade na qual, para empregar a expressão de João B. Moreira, «dirigem e dominam» os latifundiários? cremos que não, não se pode. Os fatos demonstram que a FARESP é uma entidade heterogênea, que agrupa desde camponeses pobres e médios até latifundiários e que pode assumir posições — inclusive em questões de maior importância, como no caso em apreço — em defesa dos interesses do campesinato, contrariando os interesses da minoria de latifundiários. Isto depende precisamente da atuação do campesinato dentro da referida entidade.

A insistência, na Alta Sorocabana, na organização de associações paralelas às Associações Rurais conduzirá, inevitavelmente, à divisão, não somente do campesinato em geral, mas dos próprios camponeses pobres e médios. Uns virão para as Associações paralelas, outros continuarão nas Associações Rurais. Excluiríamos automaticamente, com tal política, a possibilidade de que o campesinato venha a transformar tais organizações em entidades suas e não dos latifundiários.

A VOZ OPERÁRIA tem insistido na necessidade de que o estudo do nosso documento básico seja realizado em estreita ligação com a realidade, com a prática. Quer dizer: é necessário estudar o Programa e simultaneamente estudar a realidade local, os diversos grupos, camadas e classes da população no âmbito do município, da região ou do Estado, conhecer suas reivindicações. Tudo isto é necessário para acompanhar de perto e influir no processo de isolamento dos inimigos fideais de nosso povo: latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo ianque, para descobrir e elaborar os caminhos da unidade da maioria esmagadora da Nação em torno das idéias do Programa.

Para realizar com êxito o estudo do Programa e da realidade local é indispensável entretanto cuidar sempre da elevação dos conhecimentos do marxismo-leninismo pelos militantes. Tanto maior seja a capacitação teórica do militante, tanto mais fácil será a assimilação das idéias do Programa e o conhecimento da realidade local. Não obstante, o caminho justo para aumentar o cabedal de conhecimentos teóricos dos militantes e ativistas é atra-

vés do estudo das diversas teses do Programa. Por isto mesmo, a partir da presente edição, passaremos a indicar uma pequena bibliografia com vistas a facilitar o estudo de certas teses do Programa através das obras dos clássicos do marxismo-leninismo e de outros documentos.

Explicando o programa do P.C.B.

O ESTUDO APROFUNDADO DAS TESES DO PROGRAMA

A QUESTÃO DA NACIONALIZAÇÃO DA TERRA

Em seu informe ao IV Congresso o camarada Prestes diz: «... o Programa do Partido não levanta a reivindicação de nacionalização da terra, tem em conta a manifestação de vontade da massa camponesa que, em nosso país, reclama, antes e acima de tudo, a distribuição da terra sob a forma de propriedade privada». (Revista «Problemas», n.º 64, pág. 61). O que é pois nacionalização da terra? Onde e por que foi incluída essa reivindicação no Programa do Partido? Es-

claro que o processo de luta no interior das Associações Rurais daquela região não pode ser compreendido de maneira mecânica como o faz Radoico Guimarães, quando diz que, em certos casos, devem os camponeses pobres e médios ingressar nelas e «passar a dirigi-las». Nada disto poderá ocorrer automaticamente. Achando-se onde estão as massas, certos da justiça de suas posições, aos comunistas não pode intimidar o fato de que a direção de uma organização de massas esteja em mãos dos inimigos jurados dos camponeses: os latifundiários. Mas não se pode idealizar um caminho suave, sem marchas e contramarchas, que nos conduza à organização das massas do campo e à formação da aliança operário-camponesa.

E' necessário partir do fato de que os camponeses não têm, no Brasil, tradição de organização. Não podemos idealizar o nível de consciência do campesinato e querer impor à realidade esquemas rígidos de organização. Devemos ver se o ingresso dos camponeses pobres e médios nas Associações Rurais da Alta Sorocabana facilita ou não a sua organização. E quanto a dizer que isto é colocá-los sob a influência dos latifundiários é não confiar na própria capacidade de luta das massas camponesas na defesa de seus interesses.

OUTRAS QUESTÕES ESSENCIAIS

João B. Moreira incide num erro quando inclui o proletariado rural entre os camponeses pobres. Estes são os semi-proletários e os pequenos camponeses, definidos por Lênin. Portanto, não procede a sua tese de que os camponeses pobres e médios são a maioria em toda a parte. Na Zona da Mata em Pernambuco, na zona do cacau na Bahia, em certas regiões de S. Paulo, a maioria da população rural é constituída pelos assalariados agrícolas.

Outra questão. Os argumentos, tanto de João B. Moreira como de Radoico Guimarães, revelam a compreensão de que as Associações Rurais são entidades dos latifundiários. Essa tese é falsa, como vimos anteriormente. As Associações Rurais são entidades heterogêneas e, em certos lugares, podem contribuir para o desenvolvimento da unidade e da organização das massas camponesas, mesmo que momentaneamente se encontrem sob a influência preponderante dos latifundiários.

Finalmente, a opinião da VOZ não pode ser taxada de «receita nacional» pelo simples fato de sermos um órgão nacional. Já em nossa edição n.º 357 chamávamos a atenção para a necessidade de que fosse procedido «um levantamento concreto da situação das Associações Rurais de cada município, com vistas sobretudo a atuar nelas e a impulsionar a organização dos camponeses pobres e médios». Ao concordarmos com a opinião do leitor de Rancharia, de que na Alta Sorocabana o justo é a participação de todo o campesinato nas Associações Rurais daquela região, partimos da análise das próprias experiências ali verificadas. E' impossível negar o fato de que na Alta Sorocabana, as Associações de Lavradores cuja organização estimulamos não têm caráter de massas, o mesmo não se podendo dizer das Associações Rurais. Portanto, o que a experiência indica ser justo naquela parte do Estado de S. Paulo naturalmente só poderá ser aplicado a outras regiões mediante um exame concreto da realidade objetiva nestas regiões.

sas questões podem ser respondidas através do estudo da obra de V.I. Lênin, «O Programa Agrário da Social-democracia na primeira revolução russa de 1905/1907» (Editorial Vitória, 1954).

Nesta obra Lênin faz um exame minucioso do regime de posse da terra existente

cial-democracia, além de esclarecer a questão teórica da nacionalização da terra faria com que o militante tome conhecimento de vários outros aspectos da questão agrária; a teoria marxista da renda da terra, os tipos de desenvolvimento capitalista na agricultura, as classes sociais no campo, etc. Não se trata de claro de fazer dessa parte da obra uma simples leitura, mas de realizar um estudo sistemático, sem pressa, e acompanhado da elaboração de resumos.

Os dois capítulos finais da obra (IV e V), bem como a conclusão, esclarecem e precisam vários dos pontos acima enumerados. Além disto, o capítulo V contém uma análise da posição dos diversos partidos políticos existentes na Rússia, por essa época, em face do problema da terra e uma defesa da posição dos bolcheviques.

Portanto, para realizar um estudo aprofundado das teses do nosso Programa quanto à questão agrária é necessário o estudo da obra de Lênin «O Programa Agrário da Social-democracia». Devem empreendê-lo os nossos militantes e ativistas, quando mais não seja com o objetivo imediato de conhecer a importante questão da nacionalização da terra.

O estudo desses 3 capítulos iniciais da obra de Lênin, «O Programa Agrário da So-

E' Possível Conquistar Agora O Reatamento Com a U.R.S.S.



A. MIKOJAN

A enorme repercussão alcançada em todo o país pelas declarações do sr. Juscelino Kubitschek, anunciando para esta semana as medidas tendentes a permitir o comércio do Brasil com todos os países, declarações essas que coincidem com a anunciada visita do vice-presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., A. I. Mikoljan, ao nosso país, bem como pela presença entre nós de uma delegação comercial da Alemanha Oriental, evidencia mais uma vez que a normalização das relações entre o Brasil, a U.R.S.S. e os demais países do socialismo corresponde por completo aos interesses da maioria da Nação.

Mikoljan deverá transitar pelo Brasil, com destino ao Uruguai, no próximo dia 25. Segundo se anuncia, será então recebido pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e manterá conversações com o governo brasileiro visando a criação de uma área multilateral de comércio, na qual entrariam os países do Leste europeu e al-

TRANSITARA', PELO BRASIL, NO PRÓXIMO DIA 25, A. MIKOJAN, QUE SERA' RECEBIDO PELO MINISTRO DO EXTERIOR

gumas Repúblicas da América Latina.

O sistema multilateral de intercâmbio realiza-se na base de acordos firmados simultaneamente por várias nações e objetiva possibilitar as transações sem a necessidade do uso de divisas em dólar. "Igora atualmente um acordo desse tipo entre o Brasil, a Inglaterra, a Holanda, a Alemanha Ocidental e a Suécia, a idéia da criação de um sistema idêntico abrangendo inicialmente o Brasil, a Bolívia, o Chile, a Argentina e a Colômbia, de um lado, e, de outro, a Alemanha Oriental, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Bulgária, a Albânia, a Iugoslávia e a União Soviética, encontrou a maior repercussão nos círculos econômicos e financeiros de São Paulo, segundo notícia a «Folha da Manhã». Por isto mesmo atribui-se grande importância às conversações que A. I. Mikoljan manterá na América Latina nos fins do corrente mês.

Encontra-se no Brasil uma missão econômica da Alemanha Oriental que vem realizando sucessivas reuniões no Itamarati. Segundo divulga a imprensa, a Alemanha Oriental ofereceu ao nosso país instalações industriais, máquinas, ferramentas, maquinaria agrícola, aparelhos óticos e eletrônicos de grande precisão, em troca de café, algodão, sisal, madeiras, tabaco, etc.

Espera-se que, como resultado desses entendimentos, será firmado um acordo mutuamente benéfico.

O aumento do interesse dos círculos econômicos do país pelo imediato estabelecimento do comércio com os países do Leste deve-se, entre outras coisas, aos tremendo prejuízos que o monopólio do comércio exterior do Brasil pelos Estados Unidos vem acarretando à economia nacional. O delegado do Brasil no Conselho Econômico e Social Interamericano, sr. Fernando Lobo, declarou em reunião daquele órgão que o Brasil "perdeu mais de 117 milhões de dólares de receitas de exportação durante o ano de 1954/55, em virtude das dificuldades de escoamento de seus produtos agrícolas." Quanto à situação atual, em face da ameaça iminente de realizar o «dumping» do algo-

ra dos portos do Brasil, são mais favoráveis do que nunca as condições para a conquista do imediato reatamento das relações comerciais e diplomáticas de nosso país com a União Soviética. Na conquista dessa aspiração geral compete ao nosso povo, sobretudo às massas trabalhadoras, um papel essencial. Do seu entusiasmo e da sua capacidade de expressar em manifestações de massas seu apoio às medidas que conduzem ao imediato reatamento com a U.R.S.S., depende a efetiva concretização desse anseio nacional.

A. A. FADÉEV

O DESAPARECIMENTO EM MOSCOU DO NOTÁVEL MILITANTE DA CAUSA DA DEFESA DA CULTURA E DA PAZ MUNDIAL

A. A. Fadeev, Secretário-Geral da Associação dos Escritores Soviéticos e membro suplente do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, faleceu a 12 de maio em Moscou.

Grande número de escritores e boa parte do público brasileiro conheciam e estimavam A. A. Fadeev como um destacado militante da causa da defesa da cultura, como um infatigável batalhador da causa da paz e da colaboração entre os povos.

Ainda na juventude, A. A. Fadeev abraçou as idéias socialistas encarnadas na atuação do Partido dos bolcheviques, que tendo à frente V. I. Lênin, seu fundador, apontava o caminho revolucionário como único capaz de separar a Rússia do sistema mundial imperialista e criar o primeiro Estado Socialista da História. A. A. Fadeev foi guerrilheiro no Extremo Oriente, onde lutou contra as forças da intervenção estrangeira que procuravam asfixiar a revolução. Da sua experiência de guerrilheiro saiu o vigoroso romance que é "A Derrota", traduzido para a nossa língua há mais de vinte anos atrás. Dedicado mais tarde à literatura e às tarefas de organização do movimento cultural soviético, deu-nos A. A. Fadeev, depois da vitória da guerra patriótica, a "opóeia dos jovens de Karsnoisk", que recebeu o nome de "A Jovem Guarda", e é um dos romances



mais lidos nos últimos tempos, contando-se a sua tiragem por milhões de exemplares.

A. A. Fadeev muito contribuiu com a sua ajuda para esclarecer vários problemas estéticos com que se depararam os escritores soviéticos, que palmilham um caminho antes inexplorado, tendo apresentado importantes informes em reuniões da Associação de Escritores Soviéticos e particularmente no II Congresso de Escritores, reunido em Moscou em 1955. Tendo há algum tempo o organismo combatido por grave molestia, razão pela qual achava-se afastado da atividade, veio a falecer no dia 12 do corrente em Moscou esse destacado dirigente comunista e escritor revolucionário mundialmente conhecido.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

REUNIÃO DO C. N. DO P.C. DOS ESTADOS UNIDOS

REUNIU-SE O COMITÊ NACIONAL do Partido Comunista dos Estados Unidos. Pela primeira vez desde 1951 o C. N. reuniu-se completo, uma vez que no último período muitos de seus membros estiveram presos, em consequência da "Lei Smith".

Apresentou o informe sobre as atividades e as tarefas do C. N. do Partido o secretário geral, camarada Eugene Dennis. No informe — aprovado por unanimidade, o camarada E. Dennis conclama os trabalhadores, o povo e os democratas à formação de uma frente trabalhista-democrática

capaz de influir na próxima administração e no Congresso, no sentido de: alcançar negociações pacíficas e o alívio da tensão internacional; a segurança da classe operária, às expensas dos monopólistas; o respeito à Constituição e aos direitos democráticos.

Participaram da reunião do C. N. 50 dirigentes das organizações do Partido nos principais Estados. William Z. Foster, presidente do C. N., pronunciou na reunião um breve discurso, em virtude de encontrar-se enfermo. O C. N. resolveu convocar para o próximo mês de dezembro a XVI Convenção do Partido.

IX Pleno do C. C.

do Partido Dos Trabalhadores do Viet-Nam

O JORNAL «Nian Dan», de Hanoi, noticia a realização do IX Pleno ampliado do C. C. do Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam, entre os dias 19 e 24 de abril último. O Pleno ouviu um informe do secretário-geral do Partido, ca-

marada Tehiung Tin, sobre o XX Congresso do P.C.U.S. e, em relação com os ensinamentos deste, as medidas visando melhorar o trabalho do Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam. O jornal «Nian Dan» assinala que o Pleno decorreu sob o signo da unidade. Todos os seus

participantes saudaram as vitórias do P.C.U.S. e expressaram a convicção de que o P.T.V.N., estudando e assimilando as experiências do P.C.U.S., cumprirá com êxito suas tarefas. Pronunciou o discurso de encerramento da reunião o camarada Ho Chi Min.

Declaração do III Congresso

do Partido do Trabalho da Coréia

O III CONGRESSO do Partido do Trabalho da Coréia aprovou, por unanimidade, uma declaração conclamando os representantes de todas as camadas da população da Coréia do Norte e do Sul à luta pela unificação do país. A questão coreana — diz a declaração — deve ser resolvida em bases democráticas, de acordo com a vontade do povo coreano, e o governo único deve ser formado através de eleições gerais.

Para a unificação do país — continua o documento — é necessário transformar a trégua numa paz duradoura. Por isso, ambas as partes devem observar rigorosamente o acordo de armistício. A declaração insiste em que deve cessar a intromissão dos Estados Unidos, que conduziu à divisão do país e ao domínio ianque no sul, e chama à luta pela retirada das tropas estrangeiras que se acham em território coreano. Nenhuma parte do país — acrescenta — deve fazer alianças militares com Estados estrangeiros.

O Partido do Trabalho da Coréia — afirma, ainda, o documento do III Congresso — está disposto a liquidar todas as barreiras artificiais entre o sul e o norte do país, a estabelecer contatos entre a população do sul e do norte. Partindo dos interesses de todo

o povo coreano, que deseja o estabelecimento de contatos e conversações entre o norte e o sul, o Partido do Trabalho propõe a criação de um Comitê Permanente dos representantes dos parlamentos dos governos, das organizações políticas e sociais do sul e do norte da Coréia, para discutir praticamente as questões ligadas à unificação do país. Conclui a declaração: "Para a manutenção da paz na Coréia e a solução pacífica da questão coreana, deve ser alcançado um acordo internacional. Nós, somos pela realização de uma reunião internacional dos Estados interessados na questão coreana, com a ampla participação dos países asiáticos e dos representantes dos governos do sul e do norte da Coréia".

PLENO DO C. C. DO P.C. DO JAPÃO

DE 16 a 27 de abril reuniu-se, em Tóquio, o Pleno do Comitê Central do Partido Comunista do Japão. O Pleno discutiu as questões essenciais da política interna e externa do Japão, e examinou as tarefas atuais do Partido.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Uma questão essencial para que possamos cumprir com o nosso objetivo de normalizar em todo o país a difusão da VOZ OPERÁRIA é a mudança dos métodos de trabalho com o jornal. É necessário ensinar pacientemente a todos os agentes a argumentar com os ativistas, saber descobrir quais os problemas com que se deparam numa ou noutra localidade para indicar concretamente a ajuda que a VOZ pode dar-lhes no sentido de solucioná-los. Para isto é importante saber trabalhar com a 7.ª página de nossa última edição.

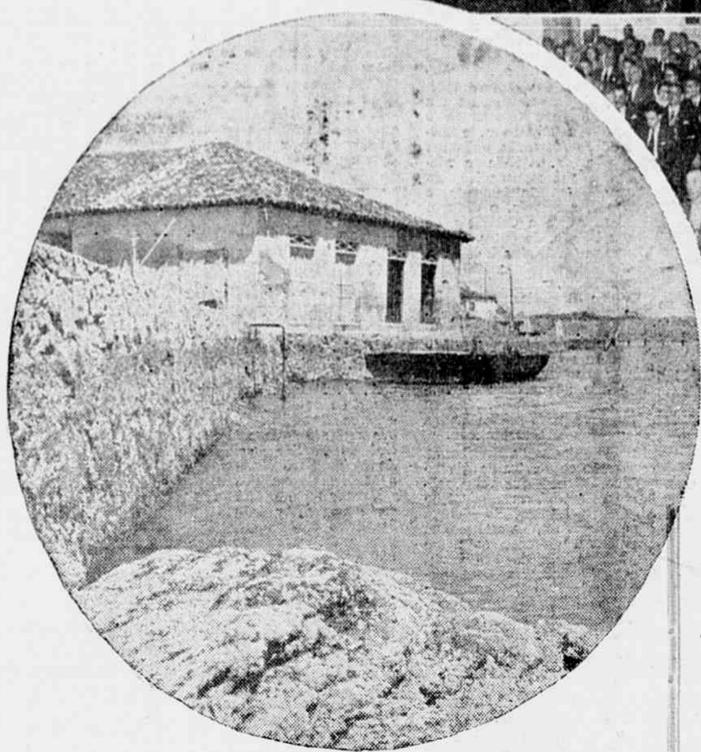
E aqui transmitimos uma sugestão de Nova Friburgo: a realização de reuniões com os agentes e leitores da VOZ para com eles debater as questões ligadas à difusão. Essas reuniões podem ser organizadas à base da mencionada página. Além de procurar ensinar a todos os ativistas a utilizar a VOZ como um instrumento para a realização das tarefas, devemos saber estimular as críticas ao nosso jornal. Todas as sugestões e críticas dos leitores devem ser encarnadas com solicitude e transmitidas à nossa redação.

Portanto, para começarmos a mudar os métodos de trabalho é necessário fazer com que todos os agentes, ativistas, amigos e propagandistas da VOZ assimilem as idéias contidas na página: «VOZ OPERÁRIA, Instrumento insubstituível para o êxito das tarefas» (edição n.º 365). É dever de todo agente e responsável pela VOZ controlar a realização dessa tarefa.

Assinalamos com satisfação a recuperação das agências de Araguari, Porto Nacional e Uberlândia. Que todos os leitores e amigos das mencionadas localidades apóiem com entusiasmo aos nossos agentes para não permitir nenhum retrocesso. Aumentaram suas cotas: Vitória, 15%; Marquês de Valença, 50%, e Nova Friburgo, 30%. Está aí um exemplo digno de ser imitado.

Quanto aos nossos baluartes tradicionais (Distrito Federal e S. Paulo) ainda não experimentaram nenhuma reação. Prometemos para as próximas edições um exame mais detalhado da situação dessas sucursais.

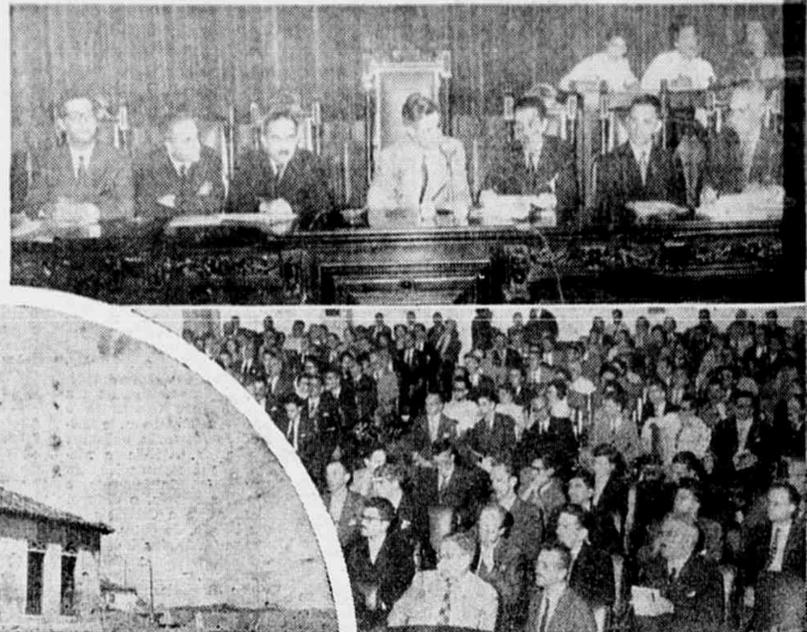
EXPRESSÃO
DOS SENTIMENTOS DOS
CIENTISTAS E DO POVO



Os cientistas atômicos brasileiros, na sua quase totalidade, sempre foram contra a exportação de nossos minérios atômicos. Uma forte pressão, através de medidas macaristas, se exercia sobre eles, inspirada pela embaixada americana, e impedia que se manifestassem livremente. Com o alívio da tensão internacional e o fortalecimento crescente do movimento patriótico e democrático, essa situação tornou-se intolerável e os cientistas sentiram a necessidade de opinar sobre a questão dos minérios atômicos e da utilização pacífica da energia atômica em nosso país. Daí nasceu o Simpósio, realizado em fins de abril na Faculdade Nacional de Filosofia.

O Simpósio constituiu uma repulsa unânime, pelo meio científico brasileiro, à impatriótica política de exportação de minérios, ao absurdo regime de segredo mantido pelo governo no terreno da energia atômica, regime que favorece as negociações e as perseguições aos patriotas.

Afirmaram ali os cientistas o seu desejo de trabalhar para que o Brasil venha a utilizar quanto antes a energia atômica e beneficiar-se de tudo o que ela possa propiciar. O Simpósio adolou, sob o título de conclusões preliminares, uma espécie de declaração de princípios para a política que



convém à nossa Pátria no terreno atômico. Trata-se de uma das mais importantes manifestações do meio intelectual já realizadas em nosso país. E crescente o interesse pela solução da questão atômica no Brasil. Nossos físicos querem fabricar reatores para obter isótopos para a medicina, para treinar pessoal especializado a fim de que possamos instalar e operar centrais atômicas. Nossos químicos se preparam para utilizar os radioisótopos na indústria, na pesquisa científica, etc. Nossos médicos estão ansiosos para obter radioisótopos, a fim de empregá-los na luta contra o câncer e outras insidiosas moléstias. Amplas perspectivas se abrem para os brasileiros, e não apenas no terreno científico, se é adotada no terreno atômico e a política que convém aos nossos interesses de independência e progresso, se são rompidos os laços que nos subordinam aos Estados Unidos: esses laços são os acordos firmados pelo Itamarati, lesivos aos interesses brasileiros.

NAS FOTOS: Aspecto da mesa e da assistência ao Simpósio e uma vista do Porto de Guarapari, no Espírito Santo, centro de onde foram carreadas para os Estados Unidos milhares de toneladas de nossa monazita.

A PILHAGEM ATÔMICA IANQUE COMPROMETE O NOSSO FUTURO

Um crime contra o nosso futuro: somente a partir de 1952 exportamos 22.000 toneladas de monazita, ou seja, metade de nossas reservas dêsse precioso material — Preservar e não dilapidar nossas reservas de minerais atômicos e afastar os responsáveis pela política entreguista — é o que exige o nosso povo dos poderes públicos

UMA luta acirrada se trava há bastante tempo em torno da posse de nossas riquezas minerais. A princípio era apenas o petróleo — fonte de energia. De uns tempos a esta parte são também o urânio e o tório alvo da cobiça e da rapacidade dos trustes americanos. Faz pouco, os patriotas obtiveram uma vitória contra os entreguistas ao ser feita a declaração do sr. Vieira de Melo, líder da maioria na Câmara dos Deputados, de que o governo sustara a exportação de 320 toneladas de óxido de tório, estocadas em nosso país, e estiu a proibição de exportar minérios atômicos. Poucos dias depois, entretanto, era feita uma denúncia, pela voz do deputado Frota Moreira, na Comissão de Inquérito Parlamentar sobre Energia Atômica, de que existia a ameaça de um novo «acôrdo» Brasil-Estados Unidos para a entrega aos trustes ianques de novas quantidades de minérios radioativos. Isto quer dizer que os trustes americanos voltam à carga a cada etapa que sofrem, querem cansar a resistência de nosso povo, tudo fazem no sentido de nos despojar de nossas riquezas radioativas. Porque essa insistência, essa voracidade, esse afã de assaltar nossas reservas minerais e comprometer o nosso futuro?

UMA NOVA FONTE DE ENERGIA

Não é difícil explicar esta questão. Assim como o carvão ou o petróleo, a energia atômica é uma nova fonte de energia. Por enquanto não se pode dizer que a energia atômica seja mais barata do que a energia elétrica produzida pelo carvão ou pelas quedas d'água, mas cada vez a energia atômica tende a ser mais econômica. O problema da energia atômica é um problema de futuro imediato, se o encaramos em larga escala. Porque desde já é mais econômico produzir energia elétrica com pilhas atômicas, em certas regiões desprovidas de combustíveis ou colocadas longe das quedas d'água. Este é o caso do nordeste brasileiro, por exemplo, que poderia ser irrigado com pilhas atômicas.

Com o tremendo desenvolvimento que obtém a energia atômica, será em breve mais econômica que as outras formas de energia. E aí então a indústria terá de lançar mão da nova fonte de energia. Países altamente industrializados, como a Inglaterra, pretendem empregar a energia atômica. Dentro de 20 anos a Inglaterra deverá produzir metade da sua energia elétrica por meio de pilhas atômicas. Já os Estados Unidos, entretanto, não têm grande interesse imediato na aplicação da energia atômica para a produção de energia elétrica, pois possuem grandes reservas de carvão e muitas quedas d'água.

NÃO TEMOS EXCEDENTE PARA EXPORTAR

Mas o Brasil que não possui muito carvão de boa qualidade e cujas quedas d'água são distantes dos centros de consumo, tem forçosamente que se orientar para a energia atômica. Assim, o nosso potencial industrial depende, dentro de poucos anos, da utilização da nova fonte de energia.

Ora, como temos muita necessidade de energia, é relevante o problema das nossas fontes de matéria-prima atômica indispensáveis para a produção de energia. Se exportarmos esse materiais atômicos, ficaremos sem possibilidade de suprir as nossas necessidades industriais num futuro muito próximo. É interessante saber que se basearmos os cálculos de nossas necessidades de ener-

gia elétrica para dentro de uns cinco ou dez anos, vemos que as fontes de tório atualmente conhecidas são justamente o montante necessário para o nosso abastecimento. Daí porquê não dispomos de modo algum de excedente para exportar.

PREJUÍZOS DO ACÔRDO ATÔMICO

No entanto, muito pouco foi feito até agora para industrializar a energia atômica no Brasil. Possivelmente as mais importantes tentativas foram as contínuas negociações do Conselho Nacional de Pesquisas, sob a gestão do almirante Álvaro Alberto. Propôs-se instalar em nosso país uma fábrica de urânio e plúrio de fonte pura. Esta fábrica deveria ser instalada em colaboração com a França e a Alemanha. A assinatura do acôrdo atômico com os Estados Unidos entretanto, veio prejudicar essa iniciativa.

Para realizar o programa atômico brasileiro necessitamos, antes de tudo, de proteger nossas riquezas minerais, pois sem elas nada poderemos fazer. E é claro que isso não basta. É necessário organizar o fornecimento de créditos aos cientistas e técnicos para que possam, na base de uma planificação objetiva, iniciar os trabalhos de purificação, preparação de combustíveis nucleares e montagem de pilhas atômicas. Na realidade estamos capacitados para tais etapas. É evidente, entretanto que necessitamos da experiência e do auxílio do estrangeiro, e hoje em dia esse auxílio é facilmente obtido pois não há mais segredo no que diz respeito à aplicação pacífica da energia atômica. Países como a União Soviética, a Inglaterra, a Alemanha, a França, podem, entre outros, nos fornecer o que necessitamos. O que não podemos mais é ficar amarrados aos norte-americanos com acordos exclusivistas altamente prejudiciais.

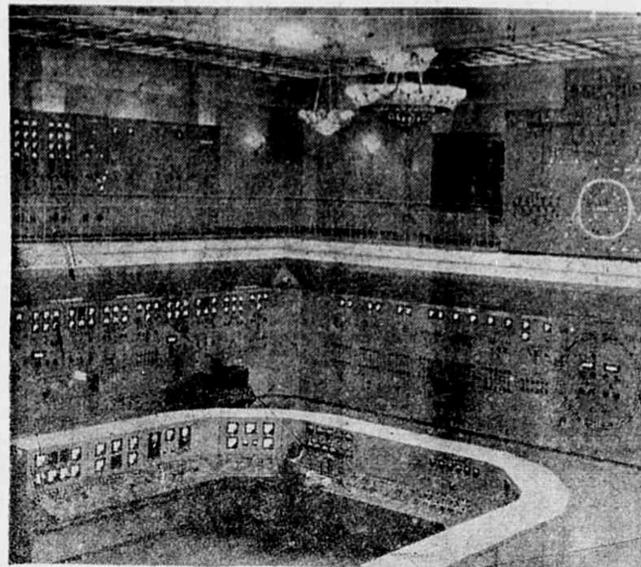
É importante saber que o alívio da tensão internacional repercutiu na ONU e foi criada uma Agência Internacional de Energia Atômica, cujo objetivo é o de auxiliar, em bases justas, todos os países que necessitem da energia atômica. Participam desse organismo a URSS, os Estados Unidos, o Brasil e outros países. A criminoso política entreguista é responsável pela exportação de enormes quantidades de monazita pelo nosso país. Estas reservas foram descobertas no início do século e logo passaram a ser exportadas, como lastro de navio, de forma clandestina. Mas essa exportação assumiu caráter mais grave depois da guerra, quando já era conhecida a utilização do tório na obtenção da energia atômica.

A partir de 1950, o governo brasileiro deixou de publicar as estatísticas sobre a saída do minério de tório do nosso país. E o diretor do Departamento de Produção Mineral declarou recentemente, perante a Comissão de Inquérito da Câmara, que cerca de 22.000 toneladas de monazita haviam sido exportadas para os Estados Unidos a partir de 1952. Essa quantidade representa cerca da metade das nossas reservas conhecidas do minério. Trata-se, como se vê, de um crime indefensável contra o futuro da nação. Nossas reservas de monazita foram devastadas.

MATÉRIAS-PRIMAS DA ENERGIA ATÔMICA

O tório, assim como o urânio, é o combustível da central atômica que fornece eletricidade. O urânio é diretamente utilizado na central, mas o tório precisa de ser tratado antes de sua utilização. Nesse tratamento, o tório é transformado em urânio que, então, é queimado na central.

O tório e o urânio são as únicas matérias-primas



No laboratório eletrofísico da Academia de Ciências da U.R.S.S. está sendo terminada a montagem de um sincrofasótron, que é o mais poderoso do mundo

atualmente existentes para o aproveitamento da energia atômica. O tório rende mais energia que o urânio, é um combustível mais rico. Não é possível obter energia atômica sem tório ou urânio. Daí a tremenda importância que têm esses elementos para o futuro desenvolvimento do Brasil, por exemplo. Daí também a necessidade vital que têm países como o nosso de preservar suas riquezas minerais, de proibir as exportações de minerais atômicos.

JÁ EXPORTAMOS METADE DE NOSSAS RESERVAS

O Brasil assinou vários acordos atômicos com os Estados Unidos. O mais recente deles é o chamado acôrdo atômico, firmado pelo governo Café Filho. Anterior a esse famigerado acôrdo temos ajustes assinados pelo Itamarati com o governo americano relativos à venda de nossas areias monaziticas, do material elaborado dessas areias e da troca desses materiais por trigo.

Por esses acordos já exportamos, somente desde

1952, cerca de 22.000 toneladas de monazita, o que representa, segundo avaliações mais fidedignas, metade das nossas reservas desse precioso material. Em troca recebemos trigo...

O negócio é tão ruinoso para o nosso país que os norte-americanos se gabaram publicamente da excelente barganha que estavam realizando, ao trocar um material tão precioso como a monazita por seus excedentes de trigo.

E quanto ao chamado acôrdo atômico, em vez de trigo os americanos querem enviar para o Brasil uma pequena pilha atômica. Isso se deve

ao medo da concorrência internacional. Para levarem o nosso minério, já necessitam de dar alguma coisa em troca. Mas na verdade essa pilha é apenas um aparelho de universidade, que não pode produzir energia elétrica. O acôrdo atômico, por outro lado conceder aos ianques o monopólio de nosso urânio, além de uma enorme quantidade em tório cujo envio está previsto. E mais. A vinda da pilha atômica americana é acompanhada de cláusulas que, na prática, amarram nosso desenvolvimento, no terreno da energia atômica, aos interesses norte-americanos.

ANTRO DO ENTREGUISMO

Em sua luta pela preservação de nossas riquezas em minerais atômicos, a opinião pública nacional exige a publicação dos acordos secretos concluídos com os Estados Unidos, que assaltam nosso patrimônio atômico e comprometem nosso futuro em benefício dos seus trustes e monopólios. Com exceção de alguns acordos recentemente lidos na Câmara pelo sr. Vieira de Melo, a maioria desses acordos lesivos aos nossos interesses é inteiramente desconhecida pelo nosso povo.

Foi o Itamarati que negociou todos esses acordos sobre o tório e outras riquezas nossas. No Itamarati, preparando a venda do futuro do Brasil a preços vis, estavam os entreguistas que atendem pelos nomes de Raul Fernandes e João Neves da Fontoura, assessores pelo ministro Barbosa da Silva e outros do seu porte. Nos órgãos técnicos, que foram ouvidos para realizar essas transações ruins para o Brasil, sempre estiveram outros conhecidos entreguistas. São eles: Glycon de Paiva, Mário Pinto, Elisário Távora, Othon Leonardos. Esses homens, invariavelmente, sempre deram pareceres favoráveis à exportação de nossos minérios. Agora que a opinião pública obteve sua primeira vitória com a declaração, pela voz de representante autorizado do governo, de que seria proibida a exportação das 320 toneladas de óxido de tório estocadas, todos os patriotas exigem a demissão dos entreguistas enquistados nos órgãos que tratam da questão atômica.

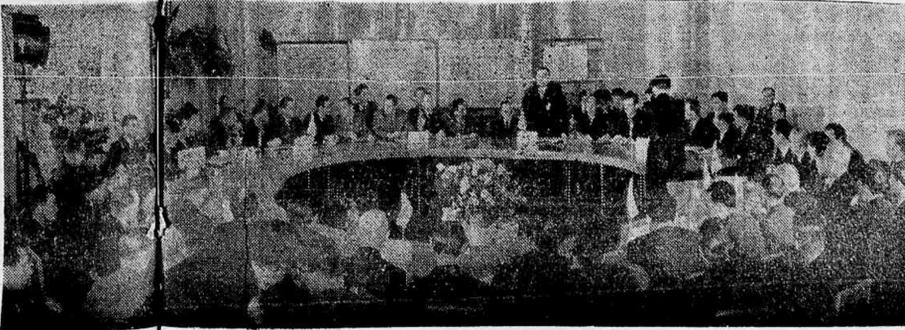
A opinião democrática quer que sejam demitidos os responsáveis pelo criminoso escoamento de nossas riquezas em minerais atômicos para os Estados Unidos e que os órgãos do poder público vão adiante. Que seja denunciado o acôrdo atômico, publicados os dados secretos sobre exportação e proibida em definitivo a exportação de tório. Todos os que amam o futuro do Brasil exigem: **Nem uma grama de tório para os norte-americanos!**

DEVEMOS SEGUIR O EXEMPLO DA ÍNDIA

O país que possui as maiores reservas de tório no mundo é a Índia. São muito raros os minérios de tório, ricos e economicamente aproveitáveis. Tório todo o mundo tem espalhado nas rochas, mas minérios ricos de tório ou de urânio, os únicos dos quais se pode aproveitar economicamente o metal, muito poucos países possuem.

A Índia possui reservas de monazita avaliadas, em 1925, em mais de 2 milhões de toneladas. E apesar de tão grande reserva proibiu a exportação. O Brasil também possui monazita, mas em quantidade muito menor que a Índia. Os entreguistas m e n t e m, quando dizem que temos fabulosas reservas. As reservas realmente conhecidas são pequenas, cerca de 50.000 toneladas e mesmo assim de minério de baixo teor. E o essencial da questão não reside no montante das reservas. Seja qual for a quantidade que tenhamos, a política até aqui seguida pelos governos brasileiros, consecutivamente, tem sido impatriótica, ruínosa para o nosso futuro. Basta que se raciocine com o exemplo da Índia. Possui 50 vezes mais minério de tório que o Brasil, mas não exporta nem uma grama. O governo e o povo indiano dizem com razão: a Índia não exporta o seu futuro!

Cada vez mais, em assembleias internacionais, são intercambiadas as experiências no terreno da pesquisa e da aplicação pacífica da energia atômica. Recentemente realizou-se em Moscou uma conferência internacional para a organização do Instituto Oriental de Pesquisas Atômicas. Do instituto fazem parte dez países.



OBRIGARAM OS OPERÁRIOS A TRABALHAR NO DIA 1º DE MAIO

Na Usina São Jorge, no município de Rio das Pedras, trabalham cerca de 50 operários de Santa Bárbara d'Oeste, que saem do ponto às 5,30 da manhã e regressam às 7 horas da noite, para ganhar Cr\$ 65,00 diários. No dia 1º de Maio data internacional dos trabalhadores, os patrões obrigaram os operários a trabalhar e suspenderam os que não compareceram ao serviço. Há muitas outras arbitrariedades na Usina São Jorge, seria difícil citar todas nesta notícia. Por exemplo, os patrões não pagam o descanso semanal remunerado e nem os feridos, proibem os trabalhadores de falar, e com os seus companheiros durante o serviço, suspendendo os que não lhes obedecem.

(Do Correspondente da VOZ em Santa Bárbara d'Oeste, São Paulo.)

Voz dos leitores



REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES DO S.N. DE MALARIA NA PARAIBA

DA Associação dos Servidores da Malária, de João Pessoa, recebemos cópia de um memorial enviado ao sr. Juscelino Kubitschek comunicando que, em reunião comemorativa do 1º de Maio, os servidores públicos do S.N.M. decidiram enviar-lhe as seguintes reivindicações, que esperam ser atendidas: recebimento, pela Delegacia Fiscal, dos vencimentos dos servidores federais daquele departamento; diária superior a Cr\$ 90,00, a título de indenização das despesas de hospedagem, transporte e alimentação, feitas pelo servidor; aposentadoria aos 25 anos de trabalho desempenhado no campo e compulsoriamente, aos 60 anos; fornecimento de uniforme completo; redução do horário de trabalho para 6 horas, aos que desempenham suas funções no campo; concessão de licença ao servidor até 90 dias pelo médico do IPASE, segundo determina o art. 98 dos Estatutos dos Funcionários; contagem em dobro do tempo de serviço prestado em campanha contra o impaludismo nos anos de 1949 a 1954; ampliação da farmácia do IPASE naquele Estado; providências para sanar irregularidades no IPASE, no SAMDU e na Maternidade Cândida Vargas.

MANIFESTAÇÕES PELA ANISTIA

LONDRINA, Paraná (Do Correspondente) — Realizou-se nessa cidade, recentemente, grande comício pela anistia a partir de 1915, no qual compareceram cerca de 800 pessoas. Os oradores eram frequentemente interrompidos pelos aplausos entusiásticos dos ouvintes, quando faziam sentir a necessidade de anistia como medida de pacificação da família brasileira e conclamavam o povo a intensificar a luta nos momentos decisivos por que passa a campanha, quando é apreciado na Câmara Federal o projeto Sérgio Magalhães. Foram lidos dois memoriais dirigidos à Câmara e ao presidente da República, solicitando imediata aprovação da anistia.

Outros oradores referiram-se também, sob aplausos, à luta pela emancipação econômica de nossa pátria, pela defesa da Petrobrás e dos minérios atômicos.

TELEGRAMAS DA PARAIBA

CAMPINA GRANDE, Paraíba (Do Correspondente) — Prossegue neste Estado a campanha pela anistia ampla aos presos e processados por motivos políticos a partir de 1915. Desta cidade, foi enviado mais um expressivo telegrama à Câmara dos Deputados, subscrito pelo agricultor João Soares e mais 117 assinaturas.

Da cidade de Alagôa Nova, foi enviado um telegrama ao deputado Ulisses Guimarães, assinado pelo vereador Severino Leite e mais 32 pessoas.

«FESTIVAL TIRADENTES» REALIZADO EM ITABUNA

ITABUNA, Bahia (Do Correspondente) — Sob o patrocínio do Grêmio Literário "Arthur de Sales", realizou-se nesta cidade o Festival Tiradentes, na sede da Associação Comercial que consistiu de uma sessão solene e da apresentação, por trovadores e violão populares, de números folclóricos. Discursaram, entre outros, o vereador Gildathi Pereira, o

sr. Elias Faskomy, vice-presidente da Associação Rural, e o estudante Helio Nunes, presidente do grêmio. A figura simbólica Tiradentes foi realçada pelos oradores que frisaram a atualidade do mártir da independência e a necessidade de ser reforçada a vigília patriótica em torno de nossas riquezas minerais, como o petróleo e os minérios atômicos. O sr. Elias Faskomy, em sua oração, demonstrou a urgência da abertura de novos mercados para escoamento de nossa produção de cacau. Após a sessão solene, foram vivamente aplaudidos os violões e trovadores, que apresentaram números de música e poesia popular, e "desafios".

ADMINISTRADOR DESONESTO QUER ROUBAR O LAVRADOR

Do Correspondente da VOZ em Botelho (M. G.), recebemos:

"O administrador da fazenda do sr. José Rabelo de Oliveira, Nelson Franco, conluído com o delegado de polícia de Botelhos, pretende roubar criminosamente o lavrador José Cassimiro, usando da violência e da arbitrariedade. Após sete anos de trabalho na fazenda citada, está próximo o término do contrato de quatro anos para formação do cafezal, que dá direito às primeiras frutas a José Cassimiro e de Cr\$ 4,00 por cova de café. Quando o lavrador pensava que ia melhorar um pouco sua vida triste, surge o administrador Nelson Franco e procura expulsá-lo da fazenda para apoderar-se daquilo que cabe a José Cassimiro.

Primeiramente, Nelson Franco tentou conseguir seus objetivos desonestos ameaçando o lavrador com uma garrucha. Não obtendo êxito, voltou com o delegado policial e mais quatro soldados, ameaçando os demais agregados, prendendo José Cassimiro durante um dia e prometendo outras violências. Entretanto, o administrador enganou-se, pois nem José Cassimiro, nem os outros lavradores se amedrontaram, estão dispostos a lutar unidos em defesa dos direitos que não são apenas de um, mas de todos os agregados."

IMPERA A ARBITRARIEDADE NA USINA DE STA. BÁRBARA D'OESTE

Na Usina de Santa Bárbara d'Oeste (São Paulo), pertencente ao latifundiário Roberto Alves, 115 trabalhadores foram despedidos, sem aviso prévio, quando reivindicaram o pagamento do salário-mínimo da região. Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os trabalhadores reuniram-se para discutir o problema e, aconselhados por um advogado, enviaram 5 dólares ao escritório da usina para reclamar o pagamento do aviso prévio estabelecido pela lei. A resposta do gerente da usina foi de que aqui não tem esse negócio de pagar aviso prévio, não, e até agora os trabalhadores continuam lesados.

A usina recusa-se também a pagar os dias de serviço que o trabalhador perde quando é acidentado em serviço. Assim aconteceu com dois trabalhadores que foram feridos

num acidente com o caminhão da usina, quando eram transportados para o trabalho, e com um menor que cortou o pé com a ferramenta de serviço.

Outra irregularidade contra a qual protestam os trabalhadores é a atitude do chefe de turma, Ernesto Andretti, que passa o dia perseguindo as mulheres e procurando desrespeitar as famílias, além de obrigar os menores a realizar trabalhos de adultos por baixos salários. Enquanto impera a exploração e a arbitrariedade na usina, o latifundiário Roberto Alves vive nos cassinos e jogando em corridas de cavalo, comprando fazendas e automóveis de luxo com o dinheiro que arranca do suor dos trabalhadores.

(Do Correspondente da VOZ em Santa Bárbara d'Oeste, S. P.)

RECLAMAM 180 CRUZEIROS POR ARROBA DE ALGODÃO

REALIZOU-SE em Drumont, distrito de Ribeirão Preto (S. Paulo), uma reunião de numerosos sitiantes, no dia 22 de abril, no cine Dumont. O ato contou com a presença dos srs. Nazareno Ciavata e José Alves Portela, respectivamente, presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto e secretário da ULTAB. O objetivo da reunião era tratar da situação dos cotonicultores em face do preço mínimo fixado pelo governo.

A reunião aprovou o envio de telegramas aos srs. Presidente da República, governador do Estado de S. Paulo e ao presidente da Comissão Permanente de Defesa do Algodão, que funciona em Presidente Prudente. Tais mensagens foram assinadas por 280 cotonicultores, presentes à assembleia. Reclamam os sitiantes o preço de 180 cruzeiros por arroba de algodão em caroço. Apesar de que têm conseguido que os compradores paguem entre 160 e 165 cruzeiros, ao invés dos 135 fixados pelo governo. Não obstante, todos os sitiantes que falaram na reunião destacaram que esse preço ainda não compensa, entre outras coisas porque os adubos e inseticidas estão muito caros.

(Do Correspondente da VOZ em Ribeirão Preto.)



MELHORES PREÇOS PARA OS CEREAIS

COLONOS de Maringá (Paraná) enviarão ao Presidente da República o seguinte telegrama: «Os abaixo assinados, moradores na gleba Colombo, neste município de Maringá, Estado do Paraná, todos os lavradores, vêm, mui respeitosamente, solicitar a V. Excia. que se digna mandar verificar os preços correntes de cereais nessa região, e então, modificá-los para melhores cotações, já que os preços atuais não dão para compensar nem o trabalho que dispêndemos. Aguardamos solução. (Ass.) Lazaro Romão Pinheiro, João Segura Filho, Antônio Rosa do Nascimento, Ananias Correa, Henrique Alves e mais 41 assinaturas. (Do correspondente da VOZ em Maringá)»



VOZ OPERÁRIA

Director Responsável: **Aydano do Couto Ferraz**
MATRIZ: Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1712 Tel. 42-7344

SUCURSAIS:

- SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4983.
- PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and.
- RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º — sala 326.
- FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco nº 1.248 s/ 22, Tel. 1-13-03
- SALVADOR — Rua Barão de Cotejipe, 67 — Edifício Zacarias — s/ 293 (Calçada).
- JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558, 1º and., salas 3/4. Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

ASSINATURAS:

- Anual Cr\$ 100,00
- Semestral . . . Cr\$ 50,00
- Trimestral . . . Cr\$ 25,00
- Núm. avulso. Cr\$ 1,50
- Núm. atrasado Cr\$ 2,00

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

Na CMTC de São Paulo: Greve de 24 Horas Para Exigir Aumento

OS TRABALHADORES dos transportes urbanos de São Paulo (CMTC) realizaram, no dia 11, uma greve de 24 horas, de protesto contra o não atendimento, pela Prefeitura, do seu pedido de aumento de salários. A greve contou com a solidariedade dos demais setores operários, tendo líderes sindicais de várias categorias profissionais manifestado apoio aos grevistas. O governador em exercício, general Porfirio da Paz, declarou-se solidário com as reivindicações dos trabalhadores. O general Olimpio Falconieri, a quem o prefeito Wladimir Toledo Piza pediu tropas para lançar contra os grevistas, recusou-se a intervir, declarando que somente o faria "em caso de calamidade pública e por determinação do Ministério da Guerra".

Os entendimentos entre os trabalhadores e a CMTC começaram em janeiro, com a participação do sr. Alberto Moreira Filho, superintendente da empresa. Esta (que possui 1.200 ônibus e bondes, transportando, diariamente, 2 milhões de passageiros), alegava "deficit". Em março os operários passaram a negociar, diretamente, com o então prefeito Lino de Matos que, numa concentração operária realizada no Parque Ibirapuera, prometeu a 4 mil trabalhadores conceder um aumento, a ser fixado, prometendo, posteriormente, concedê-lo a partir de março. Em assembleia conjunta dos três sindicatos, a 2 de abril, o delegado regional do Trabalho, sr. Paulo Mazagão, anunciou a promessa do prefeito de atender à reivindicação de 40% de aumento.

Com a renúncia do senador Lino de Matos à Prefeitura, assumiu o cargo o sr. Wladimir Toledo Piza, que se negou a cumprir a promessa de 40%, declarando que concederia um aumento, não a partir de março, mas de maio, e de apenas 20% para os que ganhavam salário-mínimo (menos de cem trabalhadores) e 15% para os demais. Em grande assembleia, na noite do dia 10, a proposta foi rejeitada. Outra proposta, de Cr\$ 800,00 para os que ganhassem até Cr\$ 4.000,00 e 20% para os demais, foi igualmente rejeitada. A assembleia decidiu decretar a greve de 24 horas, sem temer as ameaças de represálias e de violência policial do prefeito.

A ação dos piquetes, organizados nos locais de trabalho ou no Sindicato, (onde se concentravam milhares de operários) paralisou quase totalmente os transportes urbanos até às 7,30 horas da manhã. Em Barra Funda, Aclimação, Pompéia, Sumaré e Leopoldina, a paralisação foi total. Nas oficinas atingiu 90%. A Prefeitura recorreu à violência policial, ao emprego de trabalhadores do SMTC (de Santos) e de outros funcionários para conduzir os veículos. Mesmo assim, porém, só conseguiram pôr em movimento muito poucos, que não puderam (veja-se foto ao lado) atender às necessidades do transporte. Apesar do cerco policial, os piquetes não permitiram a saída de veículos da maioria das garagens.



UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E COMBATIVIDADE

O PREFEITO, negando o que tantas vezes afirmara em praça pública, e reafirmara no comício de 1.º de Maio, investiu contra o direito de greve, lançando a polícia contra os grevistas e ameaçando-os de despedida em massa. Os operários, porém, resistiram corajosamente à brutalidade policial, enfrentando a polícia e defendendo o direito de greve. Perto de duas centenas de grevistas foram presos, sendo, no entanto, quase todos libertados pouco depois, graças aos protestos da massa. Os demais foram, mais tarde, postos em liberdade.

Desempenhou importante papel a unidade dos trabalhadores, forjada no fogo da luta. Os trabalhadores da CMTC estão organizados em três Sindicatos: Sindicato dos Condutores de Veículos, Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos e Sindicato dos Empregados no Escritório. As necessidades da luta exigiam a unidade de comando para a ação comum. Foi, então, formada a Comissão Intersindical, com quatro representantes de cada entidade e a Comissão Executiva desta, com um representante de cada Sindicato. Em cada local de trabalho foram indicados pelo Sindicato 2 delegados sindicais e dois suplentes. Essa organização intersindical, que vem funcionando desde janeiro, exerceu um papel destacado, assegurando a unidade e o comando único do movimento grevista. Os delegados sindicais desempenharam, igualmente, importante papel, particularmente na organização dos piquetes grevistas. Durante a preparação do movimento, coube a eles estabelecer a ligação entre a Intersindical e a massa, nos locais de trabalho.

A greve revelou a combatividade e o espírito de luta dos trabalhadores, que não se deixaram intimidar pelas ameaças do prefeito e da polícia, enfrentando corajosamente a violência policial nas ruas e mantendo erguida a bandeira de suas reivindicações. O movimento demonstrou que os operários paulistas estão dispostos a unir-se e a lutar por suas reivindicações essenciais.

A DECISÃO DOS GREVISTAS

A GREVE de 24 horas foi encerrada em assembleia, voltando os operários ao trabalho à zero hora do dia seguinte. A assembleia de grevistas adotou, entre outras, as seguintes resoluções: 1) — retornar ao trabalho, prosseguindo nos entendimentos com a CMTC e o Prefeito, pela conquista das reivindicações; 2) — solicitar à Câmara Municipal a constituição de uma comissão de vereadores para, junto com a Comissão Intersindical, pleitear um justo aumento de salários, já que o aumento concedido pelo prefeito (20%) não satisfaz; esta comissão exigirá, também, que não seja punido qualquer grevista; 3) — convocar uma assembleia geral para o dia 20 do corrente;

4) — reclamar da CMTC que não haja punições contra os grevistas; 5) — protestar, junto aos ministros do Trabalho e da Justiça, contra as violências policiais de que foram alvo os trabalhadores; 6) — protestar contra o escorchantes aumento de tarifas; 7) — confirmar a Comissão Intersindical e ampliá-la; 8) — lutar contra a ameaça de despedidas; 9) — promover o enterro do trabalhador Anselmo Correia, morto no curso do movimento, vítima de um colapso cardíaco, quando participava de um piquete.

Os trabalhadores paulistas estão solidários com seus companheiros da CMTC. Também o povo os apoia. Ao mesmo tempo, é unânime o protesto contra o escorchantes aumento, de 100%, nas passagens de ônibus e bondes, decretado pela Prefeitura, a pretêxo da concessão do aumento de salário, que o prefeito insiste em conceder de apenas 20%. Várias manifestações de protesto têm sido realizadas na capital paulista.



PIQUETES DE GREVISTAS NA ESTAÇÃO DE BONDES DO BRAS

Greve Parcial dos Portuários do Rio

HA' MAIS de trinta dias encontram-se em greve parcial os portuários do Rio, que se recusam a trabalhar em horas extras. O movimento fora iniciado, anteriormente, pelo pagamento dos atrasados do último aumento de salários, volta ao antigo sistema de escala dos guindasteiros e pela demissão do superintendente. A luta alcançou êxito, mas os trabalhadores não aceitaram o novo superintendente nomeado, sr. Jadyr Sellos, elemento ligado ao «clube da lanterna» e inimigo dos operários. Em consequência desta nomeação os portuários voltaram à greve parcial, exigindo que seja anulada.

VITORIOSA A GREVE DOS FERROVIÁRIOS GAUCHOS

A GREVE dos ferroviários gaúchos, que paralisou toda a rede de estradas de ferro do Estado durante cerca de duas semanas, constituiu um exemplo da combatividade e do espírito unitário dos trabalhadores. O movimento conquistou a vitória, depois de mobilizar, em seu apoio, a solidariedade de todo o proletariado do Rio Grande do Sul.

A greve foi decidida em grande assembleia, no centro ferroviário de Santa Maria. As 7,30 da manhã de 27 de abril, os trens começaram a parar, ao longo da estrada. Em todos os núcleos as comissões de greve, representadas no Comitê Central do movimento, sediada em Santa Maria, dirigiram a paralisação e todas as fases posteriores da luta. A greve alcançou seu ponto mais alto quando se transformou em um impetuoso movimento de defesa do direito constitucional de greve, ameaçado por inquérito policial que visava punir os grevistas — e que foi, finalmente, anulado.

FORJA-SE A UNIDADE DOS FERROVIÁRIOS

A unidade foi o principal fator da vitória dos ferroviários, que entraram na luta organizados e unidos em torno de suas associações. Todas as organizações dos operários — inclusive as de caráter beneficente e as dos aposentados — uniram-se pa-

ra a ação comum. Todas elas, assim como todos os núcleos ferroviários, estavam representadas no Comitê Central da Greve, formado por 28 membros. A unidade baseou-se no programa de 12 pontos, por cuja conquista os trabalhadores lançaram-se à

luta. Esta é uma experiência de imensa significação para os ferroviários brasileiros.

AS REINVIDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

O programa de 12 pontos incluía as reivindicações de todos os setores da ferrovia, inclusive dos aposentados. Entre as principais reivindicações figuram: pagamento dos 22 meses de atraso da lei 2.148; pagamento dos 9 meses de atraso na Estrada de Jacuí; efetivação dos diaristas, interinos e contratados; aumento de Cr\$ 1.600,00 nos salários; pagamento das vantagens aos aposentados; pagamento da dívida do governo à Cooperativa; nenhuma punição aos grevistas. As reivindicações conquistadas imediatamente foram as seguintes: pagamento dos 22 meses de atrasados, paga-

mento dos dias de greve, pagamento das vantagens aos aposentados, efetivação dos diaristas, interinos e contratados, suspensão do inqué-

DEFESA DO DIREITO DE GREVE

Os ferroviários defenderam valentemente o direito de greve, que o governo pretendia violar, com um inquérito policial visando punir os que participaram do movimento. A unidade e a firmeza da greve obrigaram, desde logo, o governo, que se recusara a entendimentos, a credenciar um representante para entender-se com o Comitê Central da Greve, em Santa Maria. Mas mantinha-se intransigente: cederia em todos os 11 pontos do programa, exceto no último, que era precisamente a anulação do inquérito policial e nenhuma punição. Os ferroviários não cederam. Os elementos mais reacionários no governo, chefiados pelos secretários do Interior e da Agricultura, insistiam na posição anti-operária e ilegal, ameaçando uma crise no seio do governo e exercendo forte pressão sobre o governador. Este, porém, cedeu, quando os sindicatos gaúchos, em vibrante manifesto, declararam: «a partir deste momento estamos diretamente envolvidos na greve dos ferroviários.» E declararam-se em estado de alerta, resolvendo decretar a greve geral, em Porto Alegre e outras cidades, se o governo não recuasse. O sr. Ildo Meneghetti concordou em suspender o inquérito, bem como evitar qualquer punição, e os ferroviários voltaram, vitoriosos, ao trabalho.

Conferência Sul-Baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

Será realizada, nos dias 16 e 17 de junho, na cidade de Itabuna (zona do cacau, Bahia), a II Conferência Sul-Baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. O conclave é apoiado pelo Sindicato Rural e pelos representantes de outras camadas da população. O temário engloba as principais reivindicações dos assalariados agrícolas, dos cacauicultores e de outros setores da lavoura: 1) Revisão do salário-mínimo e congelamento dos preços; 2) Comércio livre para o cacau; 3) Estudo e defesa das leis sociais; 4) A campanha da Reforma Agrária; e 5) Atualização da carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Sul Baiano.

DELEGADOS JÁ ELEITOS

Até o momento já foram eleitos 162 delegados, sendo 150 assalariados agrícolas das fazendas de cacau e 12 representantes dos posseiros e pequenos fazendeiros da Serra do Padeiro.

Para a eleição dos representantes dos assalariados agrícolas do cacau, grande tem sido o trabalho desenvolvido pelo seu Sindicato. Os 150 delegados já eleitos foram escolhidos em assembleias de fazenda e das delegacias dos Sindicatos. Assim, por exemplo, na Fazenda S. Miguel, da companhia Luiz Pinto, os trabalhadores realizaram uma assembleia com a presença de 30 assalariados. Quanto às assembleias de Ibicaraí, Jussari, Itapê, Barro Preto e Coaraci, reuniram trabalhadores de diversas fazendas.

Além do trabalho realizado, entre os assalariados agrícolas, o Sindicato Rural enviou dois representantes à Assembleia dos Posseiros e Pequenos Fazendeiros da Serra do Padeiro, os srs. João Pedro dos Santos e Carlos dos Santos Friederick, respectivamente, presidente do Sindicato e membro do Conselho Fiscal desta assembleia, dentre os 12 delegados eleitos, 5 são mulheres.

Estão previstas a realização de várias outras assembleias. Dentre estas, destaca-se por sua importância, a que será realizada em Itajuípe, ponto de grande concentração de assalariados agrícolas e onde conta o Sindicato com uma delegacia.

OS PROBLEMAS CENTRAIS

As assembleias realizadas até agora vêm

discutindo os diversos itens do temário. Como é natural, entretanto, a questão mais debatida entre os assalariados agrícolas é aquela que diz respeito ao salário-mínimo. Os fazendeiros do cacau procuram por todos os modos dividir os trabalhadores no que diz respeito a esta reivindicação. Um grande número não recebe segundo a lei. Outros recebem o salário-mínimo mas sofrem um desconto ilegal de aluguel de casa. O salário-mínimo da região do cacau é de Cr\$ 1.350,00. Os fazendeiros que pagam essa importância, descontam 405 cruzeiros de aluguel de casa. Geralmente se trata de habitações coletivas,

sem quaisquer condições de higiene, em baixo das barcaças de secar cacau ou simples ranchos de sapão. Vários trabalhadores pagam 405 cruzeiros cada um por alojamentos dessa espécie. Resulta que a habitação fica muito mais cara nas fazendas do sul baiano que nos grandes centros urbanos. Além disto, trata-se de um desconto ilegal, proibido por lei.

Por isto mesmo, os trabalhos reclamam o pagamento do salário-mínimo, sem quaisquer descontos, a todos os trabalhadores sem distinção. Ao mesmo tempo, apóiam a luta dos operários, que é sua também, pela revisão dos níveis atuais do salário-mínimo. As assembleias vêm aprovando a importância mínima de 100 cruzeiros diários como base para o novo salário-mínimo.

(Do correspondente da VOZ em Itabuna)



II CONFERÊNCIA DOS LAVRADORES DO PARÁ

Convocada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, realiza-se no mês de maio corrente, a II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará. A entidade promotora do conclave convida a participar dos debates as Associações Rurais, a Federação das Associações Rurais do Pará, os Sindicatos operários, a Comissão Paraense pela Reforma Agrária, bem como ao povo em geral e às autoridades.

A ULTAP dirigiu um convite especial às entidades rurais do Amazonas, Piauí, Maranhão e Ceará no sentido do envio de delegações à II Conferência, tendo em vista que visa, entre outras coisas, fixar a posição dos homens da lavoura dessa região em face da V Conferência Rural Brasileira, a realizar-se em Belém, em 1957.

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PARAENSE PELA REFORMA AGRÁRIA NA IV CONFERÊNCIA RURAL

O secretário da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, sr. Sandoval Barbosa, enviou-nos uma carta em que opõe reparos ao que considera um exagero de nossa parte ao destacar a participação das entidades rurais do Ceará, inclusive a ULTAC, na IV Conferência Rural, deixando de apreciar devidamente o trabalho da organização paraense. Efetivamente, a VOZ OPERÁRIA não mostrou com a firmeza necessária o grande trabalho desenvolvido pela Comissão Paraense pela Reforma Agrária para fazer chegar àquela conclave os argumentos favoráveis à reforma agrária democrática.

A Comissão Paraense pela Reforma Agrária enviou ao mencionado conclave dois delegados: o deputado Fernando Magalhães e o jornalista Bruno de Menezes, conhecidos especialistas da questão agrária e membros de sua Comissão Executiva. Para avallar a atividade que desenvolveram na IV Conferência Rural, basta mencionar que foram encaminhadas por essa delegação a maior parte das teses e documentos apresentados à Comissão que discutiu as questões relativas à Reforma Agrária. Coube também à delegação paraense o mérito de levar a uma Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, incluída entre os documentos cuja divulgação foi recomendada pelo 1.º Grupo de Trabalho da IV Conferência Rural «como subsídios ao maior conhecimento dos problemas relacionados com os problemas da terra e do homem rural».

Para precisar melhor o sentido da crítica que nos é feita, transcrevemos a parte final da carta do sr. Sandoval Barbosa: «Desejamos deixar claro que o nosso objetivo é, tão somente, evitar que se crie nos nossos companheiros cearenses a ilusão de que a eles cabe, de fato, o mérito do progresso verificado nos princípios até então defendidos pela Confederação Rural Brasileira, impedindo-os que façam a autocritica cabível pela sua fraquíssima atuação e falta de solidariedade aos delegados paraenses, solicitada em carta endereçada à ULTAC. Somos de parecer que deve ser feita uma retificação nas colunas da VOZ OPERÁRIA mostrando, inclusive, o ponto alto de nossa participação no conclave, que foi a aceitação e a recomendação pela IV Conferência Rural Brasileira da Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil».

Para precisar melhor o sentido da crítica que nos é feita, transcrevemos a parte final da carta do sr. Sandoval Barbosa: «Desejamos deixar claro que o nosso objetivo é, tão somente, evitar que se crie nos nossos companheiros cearenses a ilusão de que a eles cabe, de fato, o mérito do progresso verificado nos princípios até então defendidos pela Confederação Rural Brasileira, impedindo-os que façam a autocritica cabível pela sua fraquíssima atuação e falta de solidariedade aos delegados paraenses, solicitada em carta endereçada à ULTAC. Somos de parecer que deve ser feita uma retificação nas colunas da VOZ OPERÁRIA mostrando, inclusive, o ponto alto de nossa participação no conclave, que foi a aceitação e a recomendação pela IV Conferência Rural Brasileira da Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil».

EXPLORAÇÃO DESUMANA SOFREM OS COLONOS DE CAFÉ

RETÊM O DINHEIRO DOS COLONOS

Da Fazenda Santa Maria, antiga Fazenda S. Francisco, no município de Arapongas (norte do Paraná), de propriedade dos srs. Manoel Ribeiro e Nicolau Raduan, chegam-nos várias cartas de colonos dando conta da exploração desumana de que são vítimas naquela fazenda.

NÃO PAGAM O SALÁRIO-MÍNIMO

Os fazendeiros pagam três mil cruzeiros pelo tratamento de mil covas de cafeeiros, do café velho, e, do novo, apenas Cr\$ 2.400,00 pela mesma quantidade de pés de café. Isto significa que os fazendeiros não cumprem a lei do salário-mínimo. Cada colono, segundo essa lei, deveria ganhar Cr\$ 1.350,00 por mês, ou sejam, Cr\$ 5.400,00 pelo trato de mil pés de café.

Além disto, os fazendeiros não permitiram a plantação de cereais na lavoura alegando que isto estraga o café. No entanto, encheram as ruas do cafezal de mamona e agora o colono é obrigado a carpir e zelar pela mamona «a trôco de nada».

Os colonos vivem na mais extrema miséria. Recebem, em média, 1.500 cruzeiros cada dois meses, importância que não dá nem para pagar a comida. Acontece, porém — segundo denunciam em suas cartas — que os fazendeiros retêm parte desse dinheiro, o que reduz mais ainda a capacidade de compra dos colonos, além de que não pagam os juros devidos por esse dinheiro retido, o que é duplamente ilegal. Quando os colonos reclamam, os fazendeiros dizem que não são Bancos e que por isto não fazem adiantamento a ninguém. Têm o desquite de afirmar que «ninguém tenha dó de nós, pois nós não temos dó de ninguém».

Relatam ainda as mencionadas cartas que têm havido casos graves de doenças. Mesmo nessas circunstâncias os fazendeiros não regularizam os pagamentos. Ainda mais: exigem 450 cruzeiros para transportar o doente até Arapongas, distante apenas 18 quilômetros da fazenda. Finalmente, os colonos dizem que vão procurar meios para a sua defesa, ingressando no seu Sindicato, em Londrina, porque estão compreendendo que só assim, unidos, podem defender-se da ganância dos fazendeiros.

As Formas de Luta Pelo Salário-Mínimo

A campanha que os assalariados agrícolas estão desenvolvendo atualmente para alcançar a aplicação da lei do salário-mínimo no campo indica que o caminho a trilhar é a adoção das mais variadas formas de luta. Em Franca e no Norte do Paraná, a Justiça vem reconhecendo o direito do trabalhador rural ao salário-mínimo e ordenando aos fazendeiros que efetuem esse pagamento. Em Jaboticabal, a Justiça reconheceu a ilegalidade do desconto do aluguel de casa adotado por fazendeiros e usineiros como forma de furta-se ao pagamento do salário-mínimo. Idêntica decisão foi adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho de S. Paulo, considerando que não pode ser feito um desconto que não era efetuado anteriormente ao cumprimento da lei do salário-mínimo. Isto significa que, ali onde os assalariados agrícolas se organizam e recorrem à Justiça, esta tem se mostrado disposta a fazer valer seus direitos.

Em Ribeirão Preto, os colonos de café da fazenda S. Pedro entraram em greve e alcançaram a vitória. Isto significa que a forma de luta a ser adotada para a conquista do salário-mínimo pelos assalariados agrícolas depende principalmente do seu próprio nível de consciência e de organização.

Essas vitórias iniciais comprovam como são favoráveis as condições para a conquista do salário-mínimo. Se os colonos de uma fazenda em Ribeirão Preto, ou outros trabalhadores em diversas regiões do Estado de S. Paulo ou do Norte do Paraná estão conseguindo fazer valer seus direitos, muito maiores serão as possibilidades de êxito se a luta for desencadeada em todas as concentrações de assalariados agrícolas do país. Além do mais, como de outras vezes, os assalariados agrícolas e seus Sindicatos contarão com o apoio e a solidariedade dos Sindicatos operários, também empenhados na campanha do salário-mínimo, pela elevação dos seus níveis atuais.

É preciso não esquecer que nesta luta a razão está com os trabalhadores agrícolas. Quem burla a lei são os fazendeiros e usineiros e não os trabalhadores. O salário-mínimo é um direito e não um favor. Confiantes em suas próprias forças, contando com a solidariedade dos operários, tendo a lei ao seu lado, os assalariados agrícolas sairão vitoriosos, desde que realizem uma grande campanha pelo salário-mínimo.

Greve de Colonos de Café Pelo Salário-Mínimo

(Do correspondente da VOZ em Ribeirão Preto.)

Entraram em greve os colonos de café da Fazenda S. Pedro, de propriedade do fazendeiro Eduardo Gomes, proprietário também de uma garagem aqui em Ribeirão Preto. Os trabalhadores exigem o pagamento de Cr\$ 6.100,00 pelo tratamento de mil pés de café, com direito a plantar, e Cr\$ 6.600,00, sem plantação. Depois de dois dias de greve o fazendeiro procurou lançar a polícia contra os trabalhadores.

Devidamente apoiados pelo sindicato, os colonos de café, intimados a comparecer na delegacia da polícia, ali defenderam o direito que têm ao salário-mínimo. Visando encontrar uma forma de punir aos grevistas, o delegado levou-os ao Promotor Público. Mas a manobra não deu certo. O Promotor foi o primeiro a reconhecer os direitos dos colonos. afirmou que praticamente todos os direitos que o operário da cidade tem assegurados em lei, o colono de café também tem.

Tendo tomado nova feição o caso, os colonos, por intermédio da Delegacia do Tra-

balho, intimaram o fazendeiro a comparecer ali. Cumprindo essa determinação, o fazendeiro Eduardo Gomes comprometeu-se a voltar ali no dia 12, quando diria se estava disposto a pagar por bem ou pela ação da Justiça. Entretanto, afirmou o fazendeiro que não fugirá ao cumprimento da lei.

Conquistaram assim os colonos de café uma vitória inicial. Isto vem provar que a conquista do salário-mínimo depende dos próprios colonos. A lei existe há muito tempo. Agora é fazer com que os fazendeiros a cumpram. Aqui na região, os fazendeiros pagam pelo trato de mil pés de café, em média, de 2.500 a 3 mil cruzeiros. No município de Serrana, segundo a lei do salário-mínimo, os fazendeiros devem pagar Cr\$ 5.950,00. Embolsam portanto, mais de 3 mil cruzeiros dos salários do colono naquele município.

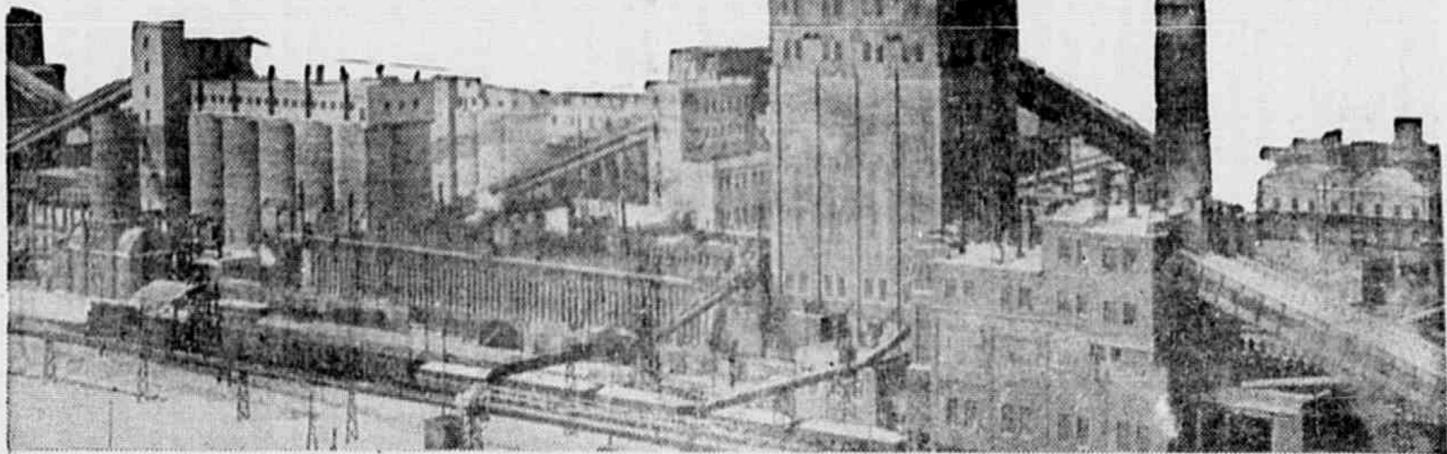
Devido a esses salários baixos pagos pelo trato do café, muitas famílias, para não morrer de fome, abandonam as fazendas. Foi o que ocorreu na Fazenda S. João, de propriedade do latifundiário

dr. Antônio Santos Nogueira, de Crapinhos. Mas não adianta mudar de uma fazenda de café para outra. O que adianta é lutar para que os fazendeiros paguem segundo a lei do salário-mínimo.

COMO VIVEM OS TRABALHADORES NA U.R.S.S.?

metalúrgicos

CONDIÇÕES DE TRABALHO — SALÁRIOS — ACESSO AO ENSINO PROFISSIONAL — PROTEÇÃO ÀS MULHERES E AOS JOVENS



INICIAMOS, nesta edição, a publicação de uma série de reportagens sobre as condições de vida dos trabalhadores na União Soviética. Falaremos, hoje, dos metalúrgicos, procurando responder às principais perguntas dos leitores a respeito de como vivem e trabalham os operários da indústria pesada no país socialista.

★ **COMO É GARANTIDA A HIGIENE E A SEGURANÇA DO TRABALHO?** As oficinas são munidas de instalações especiais de renovação do ar, de absorção da poeira e de refrigeração. Os operários que trabalham sob o calor são munidos de vestimentas de amianto. Além disso, as fábricas possuem instalações de banhos, duchas e instalações para secagem e limpeza das roupas de trabalho.

★ **SÃO FREQUENTES OS ACIDENTES DE TRABALHO?** Não. Os riscos de acidentes são mínimos, por várias razões: 1º — o desenvolvimento da mecanização, sobretudo dos processos mais penosos; 2º — a iluminação, a ventilação e o amplo espaço das oficinas; 3º — a existência de um múltiplo sistema de segurança e o conhecimento perfeito, pelos operários, das regras de segurança; 4º — as cadências normais de trabalho; 5º — a assistência médica. Um exemplo: na grande usina de construções de máquinas de Leningrado, em um ano, o número de acidentes foi de 0,7% dos efetivos totais da usina.

★ **QUAIS SÃO AS FORMAS DE REMUNERAÇÃO DOS METALÚRGICOS?** Existem três formas de remuneração na indústria metalúrgica: 1º — o salário fixo; o salário progressivo, constituído dos prêmios que o operário obtém ao ultrapassar as normas de produção; 2º — o salário dos empregados, técnicos, engenheiros, etc., que é fixo. Os contramestres ganham um prêmio variável, segundo o rendimento da produção no setor sob sua responsabilidade, o mesmo ocorrendo com os engenheiros e especialistas ligados

aos diversos setores da produção. De acordo com o VI Plano Quinquenal, procede-se a estudos visando à elevação do salário-base.

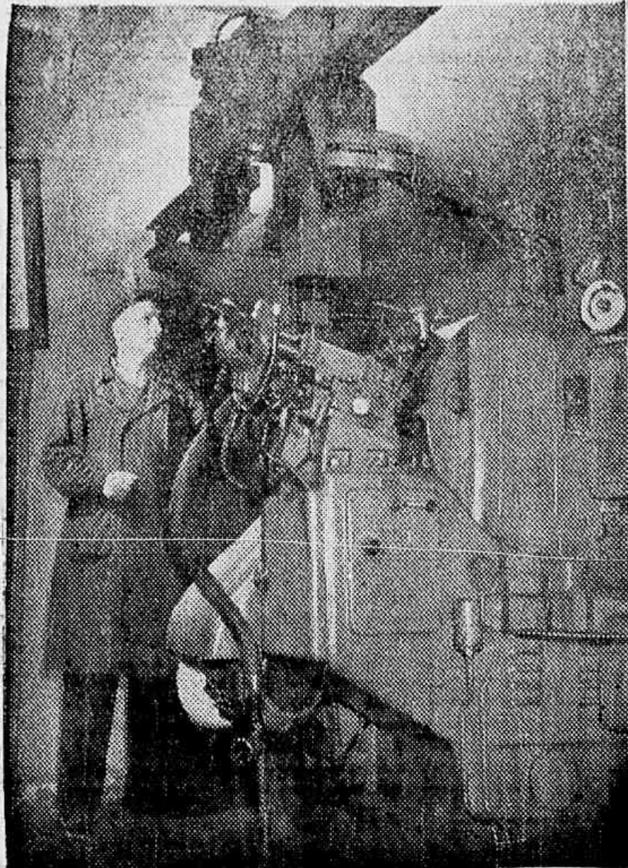
★ **COMO SÃO ESTABELECIDAS AS NORMAS DE TRABALHO?** Um contrato coletivo é concluído, todos os anos, entre a empresa e o sindicato, cuja execução é fiscalizada pelos conselhos sindicais. O contrato prevê as normas de trabalho, as questões de higiene, segurança, assistência médica, social e cultural, etc. O contrato entra em vigor mediante aprovação da assembléia geral do sindicato e pode sofrer alterações também mediante a aprovação desta.

★ **PODEM OS METALÚRGICOS REALIZAR ESTUDOS TÉCNICOS?** Sim. Cada usina mantém cursos gratuitos com esse fim. A usina «Proletário Vermelho» (Moscou), por exemplo, que emprega 4 mil operários, mantém uma escola técnica, que compreende duas seções. Uma, que está ligada ao Instituto de Construção de Máquinas, é frequentada por operários que deixam o trabalho para estudar, por um período não inferior a seis meses. A outra é frequentada pelos que não deixam o trabalho. Neste caso, o aluno tem que prestar exames, tem direito a quinze dias de férias. Quando, no fim do curso, prepara uma tese, tem direito a três ou quatro meses.

★ **COMO TRABALHAM AS MULHERES E JOVENS?** As mulheres ganham salários iguais aos dos homens, por trabalho igual, mas não executam serviços pesados. As fábricas mantêm creches e garantem às mães meia hora, em cada três horas, para amamentação, sem prejuízo dos salários. As férias do parto são de 77 dias pagos integralmente. Os jovens têm à sua disposição as escolas profissionais, onde estudam dois anos e ganham um salário pelos trabalhos executados durante o estudo.

★ **HA' TRABALHO EM HORAS SUPLEMENTARES?** O trabalho em horas extras é proibido, a não ser em certos casos excepcionais. Nestes casos, é necessária autorização do sindicato e a remuneração é feita com um acréscimo de 150% nas primeiras duas horas e de 200% nas seguintes. Aos menores de 18 anos é proibido fazer horas extras em qualquer caso. O metalúrgico pode aposentar-se aos 50 anos de idade e 20 de serviço na indústria metalúrgica. A seu requerimento, pode continuar trabalhando. Neste caso, recebe o salário normal pelo trabalho que realiza e mais a aposentadoria.

Zekia e seu irmão Alexandr são filhos do ajustador Mikail Sarjevski. Ambos frequentam a escola e são cumpridores dos seus deveres. Alexandr estuda na escola profissional. NA FOTO abaixo: Zekia é advertida pelo despertador de que está na hora de acordar para ir à escola



GANHANDO elevados salários e alvo da solicitude do Estado socialista, os metalúrgicos soviéticos têm um elevado padrão de vida. Mikail Sarjevski, ajustador da fábrica de automóveis de Minsk, vive em um amplo e arejado apartamento. Tem um casal de filhos e assegura a sua família conforto e bem-estar. Tem direito a férias em uma casa de repouso no campo, mediante uma despesa mínima. Ele e sua família têm assistência médica gratuita, como gratuito é o ensino de seus filhos. Seu confortável apartamento custa-lhe um aluguel inferior a 6% do salário. Mikail é um metalúrgico como milhões de outros metalúrgicos soviéticos. — (NA FOTO à esquerda M. Sarjevski joga com os amigos, em sua casa.)

AS MASSAS É QUE RESOLVEM

No Informe apresentado em nome do Presidium ao Pleno do Comitê Central, de janeiro deste ano, assim como na entrevista que deu ao jornal italiano "L'Unità", Luiz Carlos Prestes escreveu:

"Cabe a nós, comunistas, inculcar nas massas a confiança em suas próprias forças. Mais do que nunca, nas atuais condições do mundo e do nosso país, a orientação do governo depende muito mais da força, da consciência, da unidade e da organização das massas do que propriamente dos desejos e intenções dos homens que formam o governo. Não nos esqueçamos de que os reacionários mantêm-se no poder não apenas pela força, mas também em consequência do baixo nível de consciência política, do apego aos velhos hábitos, da timidez, da falta de organização por parte das massas trabalhadoras".

(Luiz Carlos Prestes, "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista")



ANISTIA A PARTIR DE 1945

Manter Firme a Bandeira da Anistia

Um punhado de reacionários, inimigos da unidade de nosso povo e serviais dos imperialistas norte-americanos exerce pressão sobre o Parlamento e o Governo contra a anistia ampla e quer derrotar essa justa aspiração de nosso povo. Ao povo, pois, cabe manter em suas mãos a bandeira da anistia ampla que lhe pertence.

De nossa parte, nós, comunistas, se sabemos mostrar às massas que é a anistia ampla e não qualquer simulacro de anistia que lhes interessa, as massas mostrarão com maior vigor sua vontade junto ao Congresso e será vitorioso o projeto de anistia ampla. Devemos saber mostrar às massas que a anistia ampla, a abolição das desigualdades e discriminações políticas, nos termos da Constituição, é a chave do encaminhamento de soluções práticas, num clima de liberdade, de todos os graves problemas nacionais.

Mas para isso é necessário não se deixar influenciar pelas manobras dos inimigos da unidade, que querem reviver ódios antigos. É necessário ter toda a firmeza em apoio do projeto Sergio Magalhães, na Câmara, e do projeto Vieira de Melo com emenda que estenda os efeitos da anistia a 1945, no Senado. É necessário desfazer as intrigas e confusões da minoria reacionária, atuar em profundidade para retirar da cabeça das massas as dúvidas lançadas pela propaganda do inimigo.

É preciso, enfim, no dia a dia, agora mais que nunca, enfrentar as campanhas da imprensa anti-democrática, desmascarar seus argumentos divisionistas e destinados a lançar confusão, esclarecer à base da Declaração do Comitê Central os casos suscitados, usar os argumentos da imprensa popular para com eles pulverizar as provocações dos inimigos da anistia.

A opinião pública o sabe. A palavra de ordem do movimento democrático neste momento é: Anistia a partir de 1945. Em torno desta palavra de ordem unitária, pois, devem ser concentrados os esforços dos comunistas e demais patriotas, a fim de que sejam vencidos pelo movimento de massas todos e quaisquer obstáculos impostos, sejam por quem for e partam de onde partir, à conquista do anseio nacional que é a anistia ampla.



NOSSO POVO
TORNARÁ
VITORIOSA ESSA
JUSTA ASPIRAÇÃO
DE TODOS



Em Manaus e em Porto Alegre, no Rio e em São Paulo, enfim, em todos os recantos do país, o povo manifesta nas praças públicas sua poderosa vontade de unidade e de congraçamento da família brasileira. É a batalha democrática pela anistia ampla, que empolga os operários das fábricas e os camponeses das fazendas, os estudantes e as donas de casa, os intelectuais e políticos patriotas.



Destruir os Argumentos Dos Inimigos da Unidade

O povo brasileiro, através de sua própria história, sabe que não existe avanço democrático sem obstáculos. Ao povo cabe remover os obstáculos. E isto o consegue reforçando sua vigilância em defesa das liberdades e da Constituição e prosseguindo, sem vacilações, na sua luta de caráter unitário em torno da anistia ampla.

O reduzido grupo de reacionários que querem manter o país numa situação de desigualdade e discriminações para os cidadãos e tudo fazem por reviver ódios antigos, procuram confundir as forças democráticas, deturpando o verdadeiro sentido do projeto de anistia ampla a ser votado pela Câmara. Usam de preferência os seguintes argumentos:

1 — Que o projeto Sérgio Magalhães visa a fazer reverter Luiz Carlos Prestes às fileiras do Exército. Trata-se de deslavada mentira. Luiz Carlos Prestes, ainda no posto de capitão, em 1924, pediu demissão do Exército. Tanto que durante o Estado Novo, quando era mais opressivo o terror policial, o grande líder popular foi absolvido pela mais alta corte militar do país do suposto delito de deserção que lhe imputavam. Prestes, portanto, desde 1924, não pertence mais ao Exército.

2 — Que o projeto Sergio Magalhães se destina a anistiar crimes cometidos em 1935.

Outra confusão deliberada dos inimigos da unidade de nosso povo. Para esses supostos delitos foi decretada a anistia a 18 de abril de 1945, pelo governo do sr. Getúlio Vargas. O decreto que devolveu à liberdade os nacional-libertadores e isentou de culpa todas as pessoas implicadas nos acontecimentos de novembro de 1935, liquidou essa questão. Por isso mesmo o projeto Sergio Magalhães visa a beneficiar todos aqueles condenados, processados ou perseguidos a partir de 1945.

Mas esse projeto não cogita de anistia irrestrita e sim de anistia ampla. Por isso mesmo, o projeto não reivindica a volta de oficiais para as fileiras, assunto que é da alçada dos tribunais, nem visa criar casos de preterição para aqueles que já se encontram nas fileiras das Forças Armadas e têm direitos adquiridos ao acesso, etc.

São inconsistentes, portanto, e visam a confundir e desunir as forças democráticas, os falsos argumentos contra a anistia ampla, veiculados por Assis Chateaubriand, Armando Falcão, Loureiro Júnior e outros reacionários e entreguistas que a opinião pública conhece muito bem.